

CATARINA ALEXANDRA GUERREIRO MARQUES DIAS

**Responsabilidade Social e Percepção do Risco de Acidentes
de Trabalho: Estudo com motoristas e instrutores de
condução**

Orientadora: Ana Loureiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2013

CATARINA ALEXANDRA GUERREIRO MARQUES DIAS

**Responsabilidade Social e Percepção do Risco de Acidentes
de Trabalho: Estudo com motoristas e instrutores de
condução**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia das Organizações em Contextos Internacionais e Interculturais, no curso de Psicologia das Organizações em Contextos Internacionais e Interculturais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professora Doutora Ana Loureiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2013

Agradecimentos

Ao longo do meu percurso académico tive o privilégio de conhecer excelentes profissionais que marcaram a maneira como me integrei no mercado de trabalho.

No entanto existem pessoas que pela sua disponibilidade, sabedoria e compreensão ajudaram-me a alcançar uma das metas que propus quando entrei para Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias a conclusão da licenciatura e posteriormente a conclusão do mestrado.

Uma dessas pessoas foi sem dúvida a Exma. Prof. Dr^a Ana Loureiro, que com determinação sempre se disponibilizou para me ajudar em todas as situações. Sempre com elevado sentido de responsabilidade, sabedoria e criatividade. Obrigado por partilhar a sua sabedoria comigo.

Um profundo agradecimento aos meus avós que sempre acreditaram que um dia podia ser tudo aquilo a que me propus. Obrigado por nunca desistirem da ideia.

Um obrigado especial ao meu namorado pela paciência, e pela força.

Resumo

A presente dissertação pretende contribuir para o estudo da percepção das estratégias e políticas de Responsabilidade Social dentro das empresas. Ao abordar este conceito pretende-se obter uma compreensão mais profunda da percepção que os colaboradores de uma determinada empresa têm acerca do seu desempenho tanto ao nível interno como externo da responsabilidade social, bem como tentar compreender de que modo se relaciona com a percepção de risco de acidentes de trabalho.

No presente estudo foram questionados cento e sessenta e dois indivíduos, trabalhadores no sector da instrução de condução e motoristas de passageiros.

O questionário era composto pelas escalas: Percepção de Responsabilidade Social, Percepção de Acidentes de Trabalho, várias questões relacionadas com a exposição ao factor risco, um conjunto de questões relacionadas com a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho, e algumas questões de segurança e legislação laboral. A hipótese é, verificar se quando maior são as práticas de responsabilidade social nas três dimensões (colaboradores, ambiente e comunidade e económica), menor vai ser a percepção de risco de acidentes de trabalho. Através dos resultados obtidos verifica-se que quanto maior forem as práticas de Responsabilidade Social por parte da empresa, face ao bem-estar dos colaboradores, menor é a percepção de risco e acidentes de trabalho. Neste sentido a Responsabilidade Social contribui para o bem-estar no contexto do trabalho.

Palavras-chave: Responsabilidade social nas organizações, percepção de risco de acidentes de trabalho, prevenção e formação.

Abstract

This thesis aims to contribute to the study of perception of the strategies and policies of social responsibility within companies. In addressing this concept is intended to seek a deeper understanding of the perception that employees of a particular company have about your performance both internally and externally of social responsibility, as well as trying to understand how it relates to the perception of risk of workplace accidents. In the present study were inquire one hundred sixty-two individuals, workers in the driving instruction and drivers of passengers. The questionnaire consisted of the scales: Perceived Social Responsibility, Perception of Accidents, several issues related to risk exposure factor, a set of issues related to the probability of accidents, and some security issues and legislation labor. The hypothesis is, verify what most are the practices of social responsibility in all three dimensions (employees, environment and community and economic), the lower will be the perceived risk of accidents. From the results obtained it appears that the higher the practices of social responsibility for the company, given the well-being of employees, the lower the perception of risk and accidents. In this sense social responsibility contributes to the well-being in the workplace.

Keywords: social responsibility in organizations, risk perception, accidents prevention and training.

ÍNDICE

	Páginas
Introdução.....	7
Capítulo I – Percepção de Risco.....	14
1.1. Principais abordagens do conceito de risco.....	14
1.2. O papel das empresas na prevenção do risco laboral.....	22
Capítulo II – Responsabilidade Social e Percepção de Risco.....	25
2.1. Abordagens do conceito de responsabilidade social.....	26
2.2. Impacto da responsabilidade social na percepção do risco de acidentes de trabalho.....	33
Objectivo e hipótese.....	34
Capítulo III - Método.....	35
Participantes.....	35
Instrumentos.....	38
Procedimento.....	42
Capítulo IV - Resultados.....	46
Capítulo V - Discussão.....	50
Conclusão.....	52
Referências.....	54
Anexos.....	I
Anexos I.....	II

Índice de Tabelas

	Página
Tabela I: Caracterização dos acidentes de trabalho.....	39
Tabela II: Caracterização sócio demográfica da amostra	39
Tabela III: Escala da Percepção da Responsabilidade Social	41
Tabela IV: Escala da Percepção dos Acidentes de Trabalho	42
Tabela V: Média, Desvio de Padrão e Correlação das variáveis	46

Índice de Figuras

	Página
Figura I: Esquema da representação da Responsabilidade Social	30
Figura II: Modelo da pirâmide da Responsabilidade Social das organizações	35

INTRODUÇÃO

As organizações procuram permanentemente um meio de serem mais eficientes e sustentáveis. Nesta procura constante a eficiência e a preocupação com as medidas sustentáveis garantem visibilidade externa, melhorando a imagem da empresa e a sua reputação, aumentando a produtividade e garantindo a sobrevivência da mesma no mercado.

Com a era da globalização as empresas criaram uma consciência universal que têm de ser elas próprias a promoverem medidas e acções para manterem o mundo em perfeito equilíbrio, onde se promovam medidas sustentáveis para todos.

Na presente dissertação pretende-se observar se os colaboradores percebem essas práticas, bem como investigar, de que modo os colaboradores percebem as condições de segurança e de trabalho proporcionadas pela empresa, numa sociedade em que estamos constantemente inseguros e expostos ao factor risco.

Segundo a ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho,2008), um acidente de trabalho é todo o acontecimento inesperado e imprevisto, derivado do trabalho ou com ele relacionado que resulte em lesão corporal, doença, ou morte de um ou mais trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho, todos os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem no seu decurso do trabalho, ou quando estes exercem tarefas para a entidade empregadora (GEP,2012).

A preocupação com a incidência e a prevalência de acidentes no trabalho ou mesmo os problemas de saúde causados através do manuseamento incorrecto de materiais no local de trabalho despertou uma preocupação global.

Assim ao nível das empresas devem procurar medidas que sejam capazes de prevenir os acidentes de trabalho bem como minimizar todo o impacto negativo que estes acidentes possam causar no trabalhador. Um acidente de trabalho traz consigo um impacto negativo para o colaborador e para a sua família, afectando também a reputação da empresa e a imagem que os colaboradores têm da sua empresa, criando um impacto negativo junto desta.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho,2013) estima-se que em todo o mundo ocorram 270 milhões de acidentes por ano, sendo ainda registados cerca de 160

milhões de colaboradores que contraem doenças profissionais por causas directamente relacionadas com o trabalho que desempenham. Prevalecendo em maior quantidade os acidentes na área da construção civil, onde os trabalhadores estão expostos a diversos perigos relacionados com o trabalho que efectuam.

Em Portugal através dos dados divulgados pela PORDATA (2010), acredita-se que, 4.331 trabalhadores em cada 100 mil empregados sofreram um acidente de trabalho no ano de 2010.

Infelizmente devido a inexistência de dados mais específicos, torna-se difícil o conhecimento real dos acidentes de trabalho em Portugal. Contudo, e devido a informação geral divulgada pela OIT (2005), constata-se que os números de mortes por acidentes de trabalho em Portugal diminuíram. Em 2011 morreram no total 161 sujeitos por acidentes de trabalho, e em 2012 morreram 149 sujeitos em acidentes decorridos no seu local de trabalho.

No entanto, as estatísticas apontam para uma elevada taxa de sinistralidade laboral. É necessário e fundamental reformular-se a legislação laboral, de modo a que todas as empresas/entidades empregadoras assegurem uma correcta e eficaz aplicação da legislação no que diz respeito há segurança e saúde no trabalho.

Segundo o código do trabalho (D.R. nº172, artigo nº8, secção II, p.5894), um acidente de trabalho é todo o acidente que se verifique no local de trabalho e produza directamente ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou outra doença que resulte na redução de capacidade de trabalho ou de morte. Segundo a ACT (2012), um acidente de trabalho mortal é todo o acidente que resulte em morte da vítima num período de um ano (após o dia da ocorrência do acidente de trabalho).

Este código classifica ainda o local de trabalho como sendo todo o lugar onde o trabalhador se encontre ou onde lhe peçam para se dirigir em virtude do seu trabalho, e em que esteja directa ou indirectamente sujeito ao controlo da sua entidade empregadora.

Segundo o artigo nº9 do presente decreto de lei é considerado acidente de trabalho não só o acidente ocorrido no presente local de trabalho, bem como acidentes que possam ocorrer no percurso de ida e volta para o local de trabalho, percursos que possam ser feitos

para proveito económico da entidade empregadora, acidentes que possam ocorrer no local do pagamento da retribuição, enquanto o trabalhador permanecer para tal efeito entre outros.

Todas estas atribuições de responsabilidades às empresas, estão previstas na lei portuguesa, no entanto cabe também ao trabalhador avaliar, interpretar e compreender todos os riscos a que está exposto diariamente no seu local de trabalho.

Esta relação tem sido explorada há alguns anos, e têm-se desenvolvido mútuos esforços para que os acidentes de trabalho sejam reduzidos, e para que sejam minimizados cada vez mais as consequências que os acidentes de trabalho provocam no colaborador, na empresa e conseqüentemente na sua família.

Diariamente somos alertados pela comunicação social de todos os perigos a que estamos expostos no dia-a-dia no nosso local de trabalho. Assim sendo, encontramos-nos diariamente expostos a diversos perigos e muito receptivos a que ocorram acidentes de trabalho.

Esta exposição constante ao risco faz com que se questione o comportamento do sujeito, de forma a compreender os mecanismos accionados quando o sujeito é exposto ao risco. Sabemos que, o comportamento desempenhado pelo sujeito, deve-se ao seu modo de ser ou de agir face às diversas situações ocorrentes no quotidiano. No entanto cabe à entidade empregadora formar os seus trabalhadores para que estes tenham consciência de todos os perigos a que estão expostos no seu local de trabalho. Assim sendo, ao formarem trabalhadores conscientes, estes estão constantemente sensibilizados para a promoção das regras de segurança e para a diminuição dos acidentes de trabalho.

Em Portugal, temos algumas associações como a ACT (Autoridade para as Condições no Trabalho), que realizam auditorias às empresas no sentido de verificarem se estas cumprem os requisitos e normas internacionais no que diz respeito a prevenção de acidentes de trabalho. Quando estas normas não são cumpridas podem ser aplicadas coimas, se por outro lado a empresa for responsável obtém uma distinção positiva. Torna-se claro que a responsabilidade social está intimamente relacionada com os acidentes de trabalho, e que a boa manutenção desta relação promove e modela o crescimento económico, bem como serve como base para elevar os níveis de concorrência e produtividade.

Com a diminuição dos acidentes de trabalho, promove-se a segurança pessoal e dos outros trabalhadores criando-se uma consciencialização grupal, contrariando uma atitude passiva e de desinformação.

A organização da tese divide-se em cinco capítulos. O capítulo I compreende uma revisão bibliográfica sobre o conceito de percepção de risco de acidentes de trabalho. Nesta temática enuncia-se o papel das empresas na prevenção dos riscos de trabalho, bem como as medidas de prevenção praticadas pelas empresas.

No capítulo II, é desenvolvida a temática da responsabilidade social, tendo em conta estudos efectuados que abordem esta temática bem como a definição das dimensões constituintes da percepção da responsabilidade social. Por último é feita uma análise objectiva da interacção entre as duas variáveis em estudo, apontando-se as suas implicações teóricas e práticas.

No capítulo III, descreve-se o estudo empírico, apresentado através do método de investigação, descrição da operacionalização das variáveis, procedimento de como foi feita a recolha e que instrumentos foram utilizados, e por último a descrição da amostra.

No capítulo IV, descrevem-se os resultados, e é feita uma análise estatística das hipóteses.

No capítulo V, discutem-se os resultados obtidos no capítulo anterior, bem como se apresenta uma ponte para as conclusões do estudo.

Capítulo I – Percepção de Risco

1.1 Principais abordagens do conceito de risco

A maioria dos trabalhadores envolve-se diariamente em situações eventualmente perigosas no seu local de trabalho. Esta situação levou diversos autores a estudarem e tentarem compreender como é que as pessoas percebem e reagem ao risco.

Actualmente todas as empresas procuram uma melhor forma de gerir o risco e de que maneiras podem controlar e prever o factor risco. As empresas apostam cada vez mais em medidas e comportamentos preventivos, que possam de alguma forma proteger os colaboradores. Infelizmente estes comportamentos preventivos, ainda não foram adoptados por todas as empresas existentes (ou pela maioria), somente uma porção pequena de empresas se preocupa com o crescente número de acidentes no trabalho.

Este interesse sobre o factor risco tem crescido rapidamente por parte das empresas, promovendo investigações sobre como avaliar e prever os riscos a que os colaboradores estão expostos diariamente no seu local de trabalho. A avaliação do risco, envolve primeiramente uma identificação e quantificação do risco, ou seja em primeiro lugar é feita uma caracterização do risco referente ao meio ambiente. Quanto à gestão do risco, é feita minuciosamente num processo que envolve comunicação e tomada de decisão. A percepção do risco desempenha um papel fundamental nas decisões que as pessoas tomam.

Por esta razão, hoje em dia vários autores aprofundam de maneira individual, o conhecimento acerca da percepção individual e colectiva do risco. É importante investigar-se nas diferentes organizações e culturas de que forma o risco é prevenido, só assim se consegue aprofundar e encontrar meios preventivos e eficientes que contribuam para reduzir significativamente o impacto que os riscos possam causar. (Maskrey, 1994).

Sabemos que a maneira como cada sujeito percepção o risco é subjectiva, desta forma existem múltiplas interpretações de risco. Alguns autores acreditam que o universo social e cultural influencia a adopção de comportamentos de prevenção. Nesta perspectiva, pode-se efectuar uma associação de comportamentos às representações, as quais se formam na interacção constante entre os sujeitos.

Durante o século XVII o conceito de risco era abordado de uma maneira mais científica, os autores nesta época aprofundavam cálculos matemáticos e probabilísticos, com a intuição de determinar ou valorizar o risco. Segundo Douglas (1987), a palavra risco provém da teoria das probabilidades. O mesmo autor referiu ainda que a palavra risco não é uma coisa material, ou palpável, mas sim uma construção intelectual artificial.

Geralmente o risco é definido como sendo, risco como um perigo, risco como uma probabilidade, ou risco como uma consequência (Rowe, 1977). Devido a multiplicidade desta palavra, faz com que tenha muitas interpretações e que por vezes cause problemas na comunicação e interpretação deste.

Independentemente das diferentes interpretações, sabemos que os riscos devem ser objectivamente avaliados e alvos de intervenções rápidas por parte das empresas, de forma a minimizar ao máximo todos os danos que estes possam causar.

Apesar de existirem diversas opiniões e estudos acerca do risco, todas as interpretações têm um elemento em comum, a distinção entre a realidade e a possibilidade.

Para Rosa (2003), o risco é definindo como sendo uma situação ou um evento, onde o ser humano é colocado em jogo, e onde o resultado é incerto. Esta incerteza referida anteriormente está intimamente relacionada com o conceito de risco. Algumas teorias sobre o comportamento humano indicam ainda que a incerteza é psicológica, e é assumida como sendo uma mediadora de comportamentos e reacções humanas, em situações cujo resultado é desconhecido. Windschitl e Welles (1996), indicam que o termo incerteza é um constructo psicológico que só existe na mente do sujeito, se o conhecimento dos sujeitos fosse completo e total esses sujeitos não teriam nenhuma incerteza.

O termo risco é um conceito que o ser humano arranjou para ajudar a compreender e a lidar com os perigos e incertezas da vida. Segundo Adams & Smith (2001), o risco é definido como sendo um situação de perda, uma probabilidade ou a possibilidade de envolver-se em situações perigosas.

A palavra risco tem significados diferentes para os diferentes autores, no entanto, desde o início dos tempos que o ser humano sempre se confrontou com inúmeras situações de risco no seu quotidiano, na sua relação com os outros e na sua relação com a natureza. Contudo, parece existir um elemento transversal e comum a todas as definições de risco: a distinção entre a possibilidade e a realidade de ocorrência do risco (Renn, 1992). Ou seja pretende-se compreender dentro do que é possível acontecer o que pode ou não ser realidade.

Segundo o autor Garrick (1981), quando um sujeito se questiona o que é o risco? Este automaticamente assume três questões essenciais: O que pode ocorrer? Qual a possibilidade do evento acontecer? Quais as consequências associadas ao risco? Interpretando estas questões, verificamos que existe uma preocupação consciente que engloba o cenário de perigo, a probabilidade de ocorrência, e uma preocupação com as consequências de determinada situação.

Os primeiros estudos sobre a percepção do risco foram aprofundados por autores norte-americanos, a partir da década de 1960. Foi a partir desta data que surgiram os primeiros estudos sobre o risco e sobre a maneira como este pode afectar as pessoas. Com esta primeira consciencialização, puderam-se desenvolver estratégias e definir medidas a adoptar quanto à prevenção de acidentes.

Como foi referido anteriormente, devido a pluralidade deste conceito, o conceito de risco pode ser desenvolvido em diversas áreas, como por exemplo, na área ambiental com o risco ambiental, na área do trabalho com o risco no local de trabalho e em diversas áreas profissionais como na área dos motoristas e instrutores de condução, com o risco na condução entre outros. Kates (1978, p.98), alerta-nos para o facto de “the creation of taxonomies or classifications of hazard events and consequences should be approached with caution”. Com este alerta o autor indica-nos que é necessário ter cuidado, para que se possa diminuir as imprecisões nos estudos.

Em 1987 Slovic, publica o artigo “The Perception of Risk”, um dos artigos mais antigos e também mais famosos no estudo do risco. Com este estudo Slovic (1987), pretende mostrar que cada sujeito tem o seu julgamento intuitivo sobre o risco, e que este julgamento intitula-se por percepção de risco. Segundo Slovic (1987), para a sociedade, o risco tende a

ser algo de intuitivo, subjectivo, hipotético, e irracional enquanto a avaliação do risco para os estudiosos tende a ser objectiva, analítica e racional. Segundo o autor a relação risco-resposta envolve vários factores relevantes para o entendimento de como o individuo compreende e responde aos riscos. Slovic (1987) afirma que não é o risco real que afecta as decisões do individuo mas sim, a percepção do risco.

Segundo Lima (1993), o risco percebido engloba três dimensões; o grau de informação sobre o risco (o que conheço?), o grau de controlo sobre o desastre (o que posso evitar?), e por último o envolvimento pessoal do desastre (pode afectar-me?).

Segundo Slovic (1999), o autor indica que não existe o risco real, ou seja, o risco não existe enquanto realidade independente das nossas mentes e culturas, ou seja, o risco e as respostas ao risco funcionam como constructos sociais (Douglas and Slovic, 1982).

Hoje em dia o conceito de risco é observado de diversos modos, e é abordado através de diversas disciplinas e diversas ciências. Contudo, um dos paradigmas mais conhecidos na temática percepção do risco, é o paradigma psicométrico. Esta metodologia surge na tentativa de compreender de que modo os sujeitos avaliam o risco. Como sabemos a percepção do risco é previsível, consistente e pode ser medida. Existem determinados factores específicos, que são determinantes da forma como os sujeitos percebem o risco. Como já vimos anteriormente o risco depende da forma como cada sujeito percebe o acontecimento.

No campo da fundamentação psicológica, defende-se ainda que a percepção do risco é construída a partir da trajectória de vida de cada individuo e dos seus valores culturais. Muitas vezes o sujeito apresenta desconhecimento total do risco a que está exposto no seu local de trabalho, este desconhecimento leva a que o individuo não adopte comportamentos de segurança. Segundo Dook & Lognecker (2004), a percepção do risco é determinada por diversos factores, envolvendo as motivações externas e as experiencias anteriores, sobre as condições de trabalho.

Entre vários autores o conceito de risco é vulgarmente tratado como sendo “um produto da probabilidade de ocorrência de um fenómeno natural indutor de acidentes pelas possíveis consequências onde são geradas perdas económicas ou sociais numa dada comunidade” (p.12).

Segundo Bley (2007), a percepção do risco envolve a capacidade que o indivíduo possui para identificar os perigos e reconhecer os riscos, atribuindo-lhe um significado, quer seja no seu local de trabalho quer noutra situação. A capacidade de recolha e identificação do risco pode ser influenciada pela formação e atenção do sujeito.

Edwards e Prior (1997), indicam que a palavra risco só por si, já traz consigo uma conotação negativa, e que sugere um potencial risco ou perigo, tendendo a ser associada a uma perda ou uma situação de não ganho.

Em 1980 foram identificadas por Slovic, Fischhoff e Lichtenstein dezasseis termos que descrevem o conceito de risco, sendo elas, efeito não observável, o risco desconhecido, exposição ao risco, risco de efeito atrasado, pavor ao risco, consequências fatais, risco catastrófico, efeito dificilmente reduzido, involuntário, novo risco, desconhecido para a ciência, incontrolável, risco catastrófico global, risco não equitativo, risco elevado para as gerações futuras, risco elevado, e este risco afecta-me. Para os autores estas classificações descrevem o conceito de risco. Esta estrutura conceptual foi formada a partir de vários estudos testados pelos autores mencionados anteriormente.

Nas pesquisas efectuadas, Slovic (1980) conclui que, o risco é quantificável. Assim, os sujeitos podem enumerar com maior ou menor nível de segurança todos os riscos posicionados dentro do espaço factor. Ou seja, quanto maior for a exposição ao risco maior é a pontuação de risco nesse factor (entenda-se por factores todos os termos enumerados acima).

Contudo, na maioria dos casos, os sujeitos não são influenciados pelo risco objectivo (ou o risco real), mas sim pelo risco subjectivo (risco percebido), que pode ocorrer ou não.

O conceito de risco percebido segundo Fischhoff et al. (1978) e Slovic et al. (1980), engloba três dimensões, o grau de gravidade do risco, o grau de familiaridade com a ameaça e a extensão da exposição.

Slovic, (1979) indica que a aceitabilidade do risco depende muitas vezes da avaliação que se faz destes. Daí existirem diferentes avaliações sobre o mesmo risco. Contudo, aponta-

se a definição de risco como sendo o resultado de diferentes avaliações sobre a magnitude do grau de risco de uma determinada acção.

Kasperson (1988) indica-nos que a percepção do risco tem um papel chave no que diz respeito á amplificação social do risco, ou seja, a ocorrência de um evento potencialmente percebido de risco (o qual pode ser de maior ou menor dimensão/potência), pode trazer consequências para um grupo alargado de pessoas. A este risco desconhecido por estas pessoas chamamos risco desconhecido, sendo um exemplo a descoberta por parte das autoridades de um desaguamento de lixo proveniente de uma fábrica na linha de Cascais e sem informação prévia, os banhistas continuam a usufruir da água sem terem conhecimento do risco associado a esse acto.

Para outros autores como Fernandes & Amaral (2000), a definição de risco é expressa numa fórmula, ou seja, elaborou-se uma medida de danos, traduzida em termos de probabilidade estatística, em que R (risco) = P (probabilidade) x C (consequências).

Ainda que esta fórmula possa ser aplaudida e utilizada por alguns investigadores, outros como Campos (1999), Lavell (1999) e Cardona (2001), rejeitam esta mesma medida, indicando que a situação de risco é caracterizada, pela presença ou interacção simultânea de dois componentes: a ameaça e a vulnerabilidade. Sendo que a ameaça diz respeito às condições físico naturais do espaço ou da área que esteja mais vulnerável à ocorrência de fenómenos que possam colocar os sujeitos expostos a situações perigosas, como acidentes. O sentimento de ameaça, diz respeito ao medo face a situação, ao sentir-se vulnerável, ou exposto a determinado acontecimento.

Taylor (1983), estudou as reacções das pessoas em situações de ameaça, e constatou que os sujeitos têm uma capacidade extraordinária de adaptação a diferentes adversidades e obstáculos. A autora propõe uma teoria denominada por teoria de adaptação cognitiva a eventos ameaçadores (Taylor, 1983). Esta teoria indica que quando um sujeito experiencia uma tragédia pessoal ou quando exposto a uma ameaça, este responde com esforços cognitivos adaptativos que podem permitir regressar ou exceder a sua condição prévia a nível psicológico funcional. Os temas que se podem abordar quando tais adaptações acontecem incluem, o sentido ou significado da experiência, tentativa de ganhar novamente controlo

sobre o evento em particular ou a vida em geral, e a tentativa de aumentar a auto estima, com a finalidade de sentir-se bem consigo próprio, pondo de parte todos os problemas pessoais. Esta teoria explica ainda a mudança do comportamento do individuo quando exposto a eventos potencialmente ameaçadores.

A teoria refere ainda três pontos fundamentais para uma melhor compreensão, o primeiro prende-se com o facto de o sujeito procurar constantemente um significado para o que aconteceu, e o porquê de ter acontecido. No segundo ponto o sujeito esforça-se por recuperar o domínio sobre o acontecimento. Por último, o terceiro ponto prende-se com o facto de o sujeito restaurar a sua auto-estima através de ilusões e crenças que ajudam na reestruturação cognitiva. Na medida em que as ilusões positivas (percepção irrealista, crenças de controlo, e a percepção irrealista acerca do futuro) promovem uma reestruturação da auto-estima do sujeito. Ao longo dos anos, os sujeitos desenvolveram uma capacidade quase inata de controlo sobre o que os rodeia (Langer, 1983). Quando expostos a situações de ameaça ou perigo, os sujeitos desenvolvem uma capacidade de controlo sobre o ambiente que os rodeia (Taylor, 1983), ou seja, existe um ajustamento do sujeito à situação de ameaça.

Para se estudar o risco, é importante percebermos o quanto vulnerável está o sujeito à ocorrência de uma fatalidade. Por esta razão vários autores propuseram o estudo da vulnerabilidade física, ou seja, relacionar o grau de exposição, a fragilidade ou a capacidade de exposição aos elementos considerados de risco (Starr, 1969).

O conceito de vulnerabilidade diz respeito às condições, historicamente determinadas que originam ou determinam a pré-disposição do sujeito ao acidente (Campos, 1999). Ou seja, o conceito de vulnerabilidade segundo Lavell (1991) engloba todos os sujeitos cujas condições sociais, étnicas, culturais, económicas, apresentam-se com diferenças estabelecidas entre estes e a sociedade na qual estão inseridos, transformando-se em desigualdades acentuadas, tornando-os vulneráveis. A vulnerabilidade social acontece quando existe uma condição de exposição ao risco, articulando esta com a possibilidade de resposta por parte dos sujeitos aos efeitos do risco, ou seja, é a capacidade de cada individuo ou grupo de enfrentar os riscos. Se por sua vez não existir uma resposta eficaz ao risco, pode-se considerar que existe uma incapacidade de enfrentar os riscos. A vulnerabilidade social é contínua no tempo e pode estar intimamente ligada a aspectos culturais. De acordo com Susmam (1984), o

conceito de vulnerabilidade diz respeito aos diferentes patamares ou graus em que se encontram as diferentes classes sociais. Estas estão diferenciadas quanto à aproximação ou afastamento do factor risco. Neste sentido a vulnerabilidade está estabelecida quanto as condições políticas, sociais e económicas da população.

Para Kaztman (2000), a vulnerabilidade é a incapacidade por parte do sujeito, de utilizar as ferramentas disponíveis para melhorar as suas condições de trabalho. Segundo o mesmo autor a gestão que o sujeito faz do risco, engloba três métodos, o primeiro diz respeito à identificação do risco (risco este que pode ser individual, ou através da representação social que os indivíduos têm do risco), o segundo diz respeito à redução do risco (o factor prevenção), e por último o manuseamento do desastre (a resposta e a recuperação).

Os autores Marandola Jr & Hogan (2004) definem o risco como sendo uma situação ou uma condição, ou seja, a maneira de estar ou de colocar algo, inerente a condição humana.

Por sua vez, Castro (2006), afirma que o conceito de risco pode abranger vários termos, como o perigo, e por vezes a catástrofe, estes dois fenómenos para o autor complementam-se na definição de risco. Já para Lavell (1993), o termo risco indica uma ameaça que se refere à probabilidade de ocorrência de uma situação física de perigo para a sociedade.

Granjo (2006) afirma que a noção da probabilidade do risco não é a única nem a melhor forma de observar o cenário de risco ou ameaça. Este indica que, por vezes a utilização inadequada do termo probabilístico do risco pode colocar em risco o sujeito. Esta utilização exagerada da noção probabilística do risco pode ainda originar novos perigos, devido a uma sensação ilusória de eventual segurança, que pode desencadear eventos futuros. A essência do risco não é aquilo que está a acontecer no momento, mas sim, aquilo que pode vir a acontecer no futuro (Adam & Van, 2000).

No entanto parece existir um elemento comum a todas as definições. Para Smith (2001) este indica que o conceito de risco é melhor definido em inglês com a palavra hazard. A palavra hazard, traduz-se numa questão de interpretação, em que, o risco por vezes é sinónimo de perigo.

É relevante distinguir as definições do conceito de risco e de hazard, para uma melhor compreensão destas duas palavras. Marandola Jr & Hogan (2003) questionam o que é um risco? E em resposta afirmam que “É estar susceptível à ocorrência de um perigo”. Sendo que o termo hazard refere-se à ameaça ou perigo, enquanto o termo risco refere-se a existência de um factor.

Apesar da abordagem ao risco estar intimamente ligada a futuras ocorrências, existe sempre a incorporação da experiência passada do sujeito na avaliação de eventuais acontecimentos futuros. Esta situação faz com que o sujeito na ocorrência de determinada situação potencialmente de risco, saiba como lidar com a situação.

Quanto à denominação, um acidente/perigo pode ser de carácter natural e de carácter tecnológico. Se for de carácter natural, o perigo compreende-se como sendo uma ameaça á vida e envolve perda de propriedade sendo algo incontrolável, se for um perigo tecnológico, é definido como sendo um perigo com efeitos duradouros e causados pelo homem sendo que neste caso o perigo é controlável. O acidente pode ainda ser subdividido em duas categorias. Acidente intenso quando é um acontecimento inesperado e imprevisível (exemplo sismos), ou um acidente impregnante, em que o acontecimento é de carácter duradouro e abrangente (exemplo poluição de ar, acidente nuclear).

Ao estudarmos a percepção do risco, abordamos também a temática da prevenção de acidentes, visto que esta pode servir como base para a elaboração de estratégias de comunicação para a prevenção dos acidentes.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos no campo da percepção do risco referido anteriormente, foi o estudo de Kates (1962). O autor investigou o fenómeno das tempestades tropicais, que constantemente inundavam a costa do leste dos E.U.A, e tentou compreender o porquê da atitude passiva, ou menos preocupada dos moradores costeiros.

Após a análise dos factos, Kates (1962) concluiu que, uma percentagem muito reduzida da população tomava medidas preventivas no que diz respeito a minimizar os estragos das inundações, e que em contrapartida pareciam aceitar passivamente esta situação. Estranhamente alguns moradores opunham-se às medidas preventivas praticadas pelos outros (uma pequena percentagem da população), como a construção de barreiras que sustentassem a

água de forma a que esta não entrasse pela vila. A população que se opunha à adopção de medidas preventivas, considerava que ao construir estas barreiras podiam prejudicar a actividade piscatória daquela terra (porque dispersava as ondas, afastando os peixes).

Este estudo mostra que a percepção das medidas preventivas de segurança que a população tem é bastante diferente, entre si. No entanto, verifica-se que a percepção do risco representa um elemento decisivo no que diz respeito a estruturação da resposta ao perigo, influenciando vários aspectos na vida dos sujeitos.

Segundo o ramo da psicologia a palavra percepção refere-se a como os sujeitos vêem o mundo. A percepção pode ser influenciada por crenças, por atitudes, por valores. Que fazem parte de uma certa sensibilidade cultural que é desenvolvida pelos diferentes atributos da personalidade individual de cada sujeito. Portanto a percepção do risco é subjectiva (Antonovsky, 1987).

Estas representações são intercedidas por um complexo cultural que influencia a maneira pela qual os indivíduos percebem e interpretam o risco, podendo levá-los a adoptarem medidas específicas, entre as quais a de ignorar a probabilidade de ocorrência do factor risco (Douglas, 1985). Alguns estudos sugerem ainda que o risco só adquire significado em confronto com outros elementos que intervêm na sua construção e a partir da sua relação com o contexto cultural em que os sujeitos estão inseridos.

Desta forma podemos afirmar que a percepção do risco, e todo o conhecimento sobre a prevenção do risco, são considerados fenómenos culturalmente construídos e culturalmente interpretados. Um sujeito para adoptar medidas de segurança, e ter noção do risco que corre no seu local de trabalho, primeiramente tem de tomar consciência do que é o risco, e identificar quando está exposto a elementos potencialmente perigosos no seu local de trabalho. Vários estudos demonstram que a utilização de medidas de prevenção, esta relacionado com o modo como cada sujeito interpreta individualmente ou colectivamente o risco.

1.2 O papel das empresas na prevenção do risco laboral

Segundo Chardon (1997), a eficácia em transmitir informações sobre os riscos a que estamos expostos, depende de alguns factores, como a linguagem facilitada, dar ênfase nos momentos de maior probabilidade de acidentes (como factor de prevenção) e a divulgação constante por parte da empresa em promover metodologias seguras.

É essencial prevermos, medirmos e favorecer comportamentos preventivos, sendo a avaliação do risco fundamental para prever um acidente de trabalho.

Todos os anos ocorrem milhares de lesões provocadas por acidentes no trabalho. É essencial existir uma avaliação eficaz do local de trabalho a fim de reduzir os acidentes de trabalho. Uma empresa que preze os seus funcionários tem como rotina a gestão eficaz da segurança dos seus colaboradores. Esta gestão eficaz faz com que se reduza os acidentes de trabalho e eventuais doenças. Uma avaliação de risco eficaz promove um correcto funcionamento do desempenho das empresas. A avaliação de risco pode ser feita de diversas maneiras, o que importa é que seja eficaz. Este processo é caracterizado por ser uma avaliação dos riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores no seu local de trabalho. É uma análise pormenorizada de todas as ferramentas, materiais, e locais de trabalho, que tem por objectivo identificar, o que pode causar lesões nos trabalhadores, se a empresa está a cumprir correctamente todas as medidas de prevenção estipuladas previamente, se existe protecção adequada.

A empresa como identidade patronal que é, deve proteger os seus funcionários de eventuais acidentes que possam ocorrer no seu local de trabalho. Segundo a directiva-quadro da União Europeia (directiva 89/391/CEE do Conselho, de 12 de Junho de 1989, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no local de trabalho), deve existir com regularidade uma avaliação de riscos estipulada pela empresa. Contudo existem também alguns países que por precaução têm legislação própria no que diz respeito a avaliação de riscos e prevenção deste dentro de uma empresa.

Dentro da avaliação de riscos devemos contar com pelo menos cinco etapas que permitem uma fácil e eficaz gestão do risco e das prioridades dentro de uma empresa. Na

primeira etapa encontramos a identificação dos perigos e das pessoas alvo dos riscos. Perigo pode ser qualquer equipamento ou material que o trabalhador use no seu local de trabalho.

Para a identificação do perigo é importante que exista um acompanhamento da rotina do trabalhador, saber os locais e os equipamentos que no seu trabalho usa, deve-se avaliar e observar tudo o que possa de alguma maneira ser considerado perigoso para o trabalhador. Deve também ter se em conta os perigos a longo prazo, ou seja, situações que podem ser consideradas pontuais mas que a longo prazo podem causar danos no trabalhador. Assim sendo são considerados perigos a longo prazo, por exemplo quando um trabalhador está exposto constantemente a elevados níveis de ruído, ou a elevada exposição a substâncias tóxicas prejudiciais para a saúde. Deve existir também uma ficha técnica dos trabalhadores mais vulneráveis, que podem correr maior risco, nesta lista incluem-se os trabalhadores com deficiência, trabalhadores idosos, trabalhadoras grávidas ou lactantes, estagiários (devido ainda a sua inexperiência) e trabalhadores com problemas de saúde.

Na segunda etapa deve-se fazer uma priorização dos riscos, ou seja, é aconselhável avaliar-se o risco decorrente de cada perigo registado na etapa anterior. Nesta avaliação pode-se analisar a probabilidade de um perigo resultar num dano, a gravidade que este perigo pode ter, e por fim verificar quantos trabalhadores podem estar expostos a este perigo.

Este processo fundamenta-se na apreciação, sem a utilização de muitas técnicas. Este processo muitas vezes é o suficiente para reduzir certos acidentes decorrentes na maior parte das pequenas e médias empresas, empresas estas, que por norma não têm nos seus quadros um técnico de Higiene e Segurança no Trabalho. Quando se localiza o risco deve ser efectuado um tratamento do risco.

A terceira etapa, inclui as decisões sobre as medidas preventivas. Nesta etapa pretende-se analisar de que forma se pode controlar ou eliminar os riscos. Na prevenção e no controlo do risco é importante ter em conta como evitar o risco, substituir o que é perigoso pelo que é menos perigosos, combater os riscos na origem, onde se iniciam.

Na quarta etapa, pretende-se adoptar medidas para combater o risco. Esta etapa consiste na adopção de medidas de prevenção, e é importante promover a formação de prevenção de acidentes junto dos trabalhadores. Para que estas medidas sejam postas em prática de maneira eficaz é necessário construir um plano que especifique as medidas a aplicar, quem faz o quê e quando, e por último quando é suposto a aplicação estar concluída.

Na quinta etapa, propõe-se fazer um acompanhamento e revisão das medidas aplicadas. Nesta etapa é importante fazer a manutenção e revistar regularmente todas as medidas preventivas e de protecção adoptadas, bem como analisar se no entanto surgiu novos problemas. É igualmente importante fazer sempre o registo da avaliação do risco. Esta informação pode ser utilizada como base para controlar futuros estudos de prevenção do risco, ou ser utilizada como elemento de prova a apresentar as autoridades de fiscalização.

A avaliação dos riscos no local de trabalho é cada vez mais uma questão importante, e que deve ser tratada com toda a prioridade no seio da empresa. No entanto temos de ser capazes de aceitar que não conhecemos todos os riscos a que estamos expostos, ou a que estão expostos os colaboradores no seu local de trabalho.

Em Portugal, os activistas sindicais bem como os técnicos de higiene e segurança no trabalho esforçam-se para contribuir diariamente para uma melhoria significativa no que diz respeito as condições de trabalho, de higiene e de segurança dos trabalhadores portugueses. Os dados apresentados pelo departamento de Saúde e Segurança do Instituto Sindical Europeu (E.T.U.I), são devastadores, cada ano que passa existem mais acidentes no trabalho, este aumento pode dever-se ao facto de cada empresa não cumprir com a sua responsabilidade social para com os seus colaboradores. Cada empresa tem como obrigação legal e moral formar os seus colaboradores de modo a que estes não sejam expostos por falta de informação a certos riscos no seu posto de trabalho.

Sabemos que existem diversas definições sobre riscos no trabalho, para Medeiros (1985), os riscos no trabalho são qualquer ameaça que possa interferir na integridade física ou psíquica do trabalhador, que saia a sua rotina normal de trabalho.

A avaliação do risco é uma etapa fundamental antes de iniciar qualquer levantamento de riscos. Esta avaliação permite identificar eventuais riscos e determinar um leque de soluções possíveis para resolução do problema. A análise dos riscos a que os colaboradores estão expostos diariamente, é uma peça fundamental para disponibilizar dados objectivos á empresa, e para que esta possa avaliar e gerir os riscos.

Sabe-se que a avaliação do risco determina um problema fundamental para a empresa, e que esta tem de ter metodologias para se certificar regularmente se todas as medidas estão a ser cumpridas. Não basta meros documentos administrativos, que por vezes

não são colocado em prática, é necessário uma verdadeira política de prevenção que possa ser colocada em prática junto dos trabalhadores.

A política de prevenção baseia-se no facto de existir um conjunto de estratégias e regulamentos no seio da empresa, que contribuem para a diminuição dos riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores (Lei 102/2009 – Artº04, Conceitos-álnea I).

O termo prevenção pode ainda ser definido como sendo “um conjunto de disposições ou medidas tomadas ou previstas em todas as fases de actividade da empresa, tendo em vista a diminuir ou evitar riscos profissionais que estejam relacionados com o trabalho ou que ocorram durante o trabalho” (Artº03 da directiva nº89/391/CEE).

Para Wildavsky (1982), as técnicas de avaliação de risco baseiam-se num conjunto de alternativas mais eficientes, em que a empresa tenha de dispensar o menor custo económico possível. Estas técnicas de avaliação de risco têm como principal objectivo minimizarem as consequências do risco, já que o conceito de risco assume um impacto negativo junto dos colaboradores, susceptível de causar danos nos trabalhadores, ou nos seus equipamentos e trabalho.

Capítulo II – Responsabilidade social

2.1 Abordagens do conceito de responsabilidade social

Um dos princípios básicos do conceito de responsabilidade social incide na ideia de que as empresas devem contribuir activamente para o bem-estar da sociedade em geral, não se dedicando apenas a obtenção de lucros.

A consciencialização de que as matérias utilizadas pelas indústrias podem acabar, promoveu junto das empresas uma procura incansável de materiais que possam ser reutilizados. Promovendo este tema as Nações Unidas decidiram dedicar a década de 2005-2015, ao desenvolvimento sustentável. Com a finalidade de discutir este tema e outros em 2012 decorreu no Rio de Janeiro a conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável (Rio+20). Esta conferência decorre numa altura em que o mundo empresarial se

dá conta de que um desenvolvimento sustentável tem de ser promovido todos os dias por todos os agentes económicos e sociais. Isto é, o desenvolvimento sustentável não diz respeito unicamente a um país ou a um grupo de países, é um tema que diz respeito ao mundo. Estas preocupações devem ser globais e devem ser tratadas com a maior urgência possível por todos.

Um desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz da melhor maneira as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, pp. 08). Muitas empresas que não adoptam medidas mais ecológicas, são “acusadas” de devastação e poluição do meio ambiente, em contrapartida existem ainda muitas empresas que tentam implementar um modelo económico e social que consiga manter o equilíbrio social e ao mesmo tempo de conservação ambiental acima de tudo. Hoje em dia é possível uma empresa obter um elevado crescimento económico, e apostar ao mesmo tempo em melhores níveis de desenvolvimento sustentável. (Santos et al., 2006).

A sustentabilidade implica também um peso e uma medida ou seja, será que usufruímos de matérias actuais que podem não sobreviver para as gerações futuras? Como resposta a esta pergunta conclui-se que tem de ser utilizada uma equidade inter-geracional para que matérias como o petróleo possam ter continuidade na próxima gerações. Estes aspectos não podem ser ignorados constantemente, pelas entidades, pelas empresas e pelo ser humano, as empresas têm de construir uma consciência cívica.

É fundamental promover junto das empresas as vantagens e os benefícios que podem lucrar ao adoptar medidas e estratégias que visem a utilização de energias reutilizáveis. Por exemplo, a excessiva utilização dos combustíveis fósseis como é o caso do petróleo e do gás, coloca a durabilidade destes (em anos) em causa, para além de contribuir para o agravamento das alterações climáticas.

A responsabilidade por parte das empresas pode ser encarada como “positiva” quando existe uma preocupação constante com a sociedade e a empresa torna-se pró-activa na procura do bem-estar da sociedade, ou por outro lado pode ser uma participação “negativa”,

ou ausência desta em que a empresa se isenta de qualquer responsabilidade para com a sociedade. No Livro Verde da Comissão Europeia (2001), define-se o conceito de responsabilidade social como sendo um conceito do qual as empresas decidem voluntariamente, contribuir para que a sociedade se torne mais justa, em que se proporciona a todos um ambiente mais saudável e limpo.

A responsabilidade social por parte das empresas deve ser orientada para a sociedade em geral, para o meio ambiente, para os colaboradores, para com os seus clientes e fornecedores, entre outros. Neste sentido o conceito de responsabilidade social pode ser interpretado de diversas formas, situando-nos em dois níveis, o nível interno e externo da responsabilidade social. O nível interno, da responsabilidade social relaciona-se com o núcleo que está mais perto da empresa, ou seja, todos os colaboradores da empresa, ou conjunto de partes (*stakeholders*) que possam de alguma maneira influenciar os resultados da empresa (COM, 2001).

A dimensão externa da organização está presente nas relações que esta mantém com o meio onde actua, contemplando assim os fornecedores, o meio ambiente, e os parceiros de negócios (COM, 2001). O nível externo de uma organização deve ser cuidado, na medida em que seja possível promover a fácil integração e fusão da organização com a comunidade local, podendo inclusive proporcionar oportunidade de emprego para a comunidade local (Figura 1).

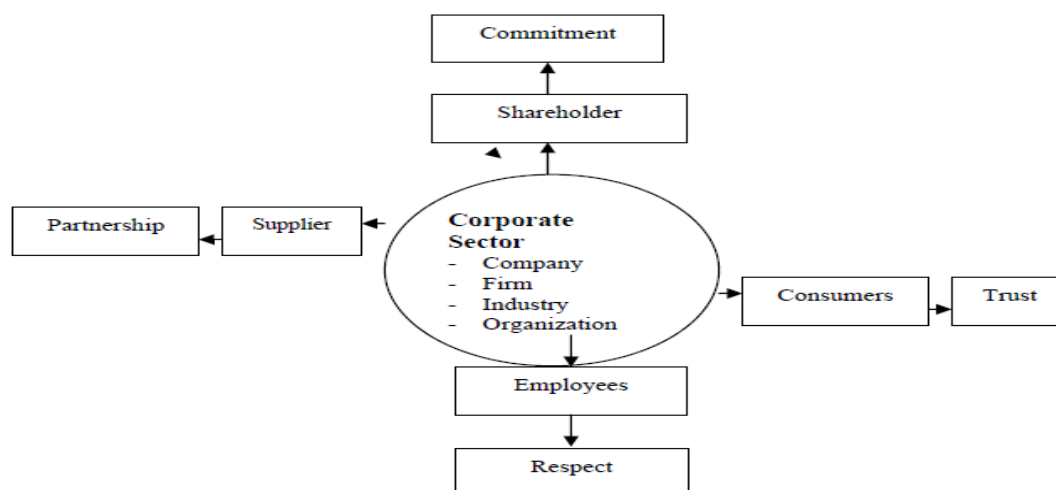


Figura 1. Esquema da representação da Responsabilidade Social.

Com a era da globalização, e com o constante crescimento do mundo empresarial, as pequenas, médias e grandes empresas, e o mundo empresarial em geral optou por desenvolver estratégias de marketing que favoreçam a imagem da dimensão externa e interna da empresa. Com a constante competição entre empresas para se distinguirem no mundo dos negócios, a estratégia de sensibilizar os consumidores é sem dúvida um trunfo de marketing.

Com a crescente preocupação com o ambiente e com o desgaste que as empresas incidem neste, os consumidores estão cada vez mais preocupados com empresas que preservem o meio ambiente e que de certa forma possam precaver o meio ambiente, respeitando a legislação e implementando soluções de cariz preventivo.

Uma empresa ao optar por comportamentos socialmente responsáveis, cria uma boa imagem pública, esta boa impressão pode ser um caminho aberto para competir com outras empresas, no sentido que é um factor de diferenciação, pela positiva.

De acordo com Melo Neto & Froes (2001), a melhor maneira de se definir o conceito de responsabilidade social é utilizando diferentes definições e diferentes visões sobre o assunto. Desta forma a responsabilidade social pode ser encarada como uma atitude ética e responsável por parte das empresas, ou pode ser vista como um dever e um compromisso que a organização tem para com os *stakeholders*.

No entanto, a responsabilidade social é sempre vista como uma estratégia empresarial. Importa no entanto salientar que esta estratégia pode ser muito importante na medida que promove um relacionamento especial com os colaboradores (sendo usada como estratégia de promoção de recursos humanos, a empresa esforça-se por manter os colaboradores e as famílias destes satisfeitas afim de conseguir um aumento da produtividade), fornecedores, e todos os *stakeholders* da empresa.

A responsabilidade social pode ainda ser aplicada como uma forma de promover a consciência económica, ou seja, a empresa ao investir em práticas responsáveis nomeadamente formação ecológica, faz com que se crie uma ideia de que a empresa é um agente que promove valores e boas práticas ambientais.

Torna-se claro que existem diferentes abordagens sobre o que é a responsabilidade social. Uns autores indicam que a empresa age como sendo uma obrigação, outros indicam que a responsabilidade social serve para promover a empresa junto dos *stakeholders*. No entanto todos concordam que a empresa utiliza a responsabilidade social para se promover junto da sociedade, e para contribuir para uma sociedade mais equilibrada.

Como foi dito anteriormente o conceito de responsabilidade social incide na questão das empresas cada vez mais apostarem em soluções viáveis ambientalmente, em que as empresas têm em consideração as necessidades da sociedade actual, sem que seja comprometida a capacidade de satisfazerem as necessidades das gerações futuras. Desta forma as empresas assumem um certo compromisso com a sociedade, e aplicam medidas responsáveis onde respeitam os princípios de sustentabilidade. Assim sendo todos “ganham”, por um lado as empresas promovem medidas sustentáveis nos seus negócios, e por outro lado o meio ambiente e a sociedade sofrem menos desgaste dos seus recursos ao longo do tempo.

A definição de sustentabilidade aplicada no conceito da empresa, indica-nos que uma empresa sustentável é toda a empresa que nas suas actividades, tem em consideração, ou demonstra preocupações com o ambiente ou com a sociedade, nas suas operações comerciais ou com os seus *stakeholders* (Van Marrewijk, 2003).

O conceito de responsabilidade social dentro da empresa, não se estende apenas aos seus *stakeholders*, ou com o ambiente, ou meramente económica, esta estende-se também aos seus colaboradores, parte integrante da empresa e que contribui para o seu desenvolvimento. A mútua relação colaborador – empresa, é tão importante como outra relação que a empresa tenha com os seus fornecedores ou investidores. Como foi descrito anteriormente existem diferentes visões sobre o conceito de responsabilidade social é importante descrever-mos tantas quanto possível para uma melhor compreensão do assunto.

É de conhecimento geral, que existe um equilíbrio global relativamente as necessidades que as empresas têm e a procura constante da conservação ambiental. Assim sendo, as empresas conseguem promover os seus serviços mas de uma forma mais sustentável (Santos, et al., 2006).

A adopção de um comportamento mais sustentável por parte das empresas faz com que estas se tornem agentes de mudança. Mudanças que promovem um desenvolvimento activo e sustentável do ambiente (Wilkinson, & Gollan, 2001). Ao adoptar medidas responsáveis de preservação ambiental, o ambiente fica a ganhar e a empresa lucra, aumentando a capacidade de atrair, motivar e reter os empregados, e conseqüentemente a diminuição dos custos de funcionamento, entre outros (Kotler & Lee, 2005).

Em território nacional, esta realidade está ainda muito longe de ser um sucesso. Várias empresas demonstraram timidamente a vontade de participar em vários projectos de responsabilidade social mas, acredita-se que as empresas portuguesas têm ainda um longo percurso a correr no sentido de se tornarem maioritariamente sustentáveis (Santos, et al., 2006).

O conceito de responsabilidade social é relativamente recente para a sociedade portuguesa, no entanto é importante desenvolver estudos que dêem a conhecer a importância desta temática, para uma maior sensibilização das empresas.

Sabemos que as estratégias socialmente responsáveis são diferentes de empresa para empresa na medida que depende da situação particular de cada uma bem como da cada contexto em que a empresa está inserida, mas todas as empresas têm de criar a consciência que é necessário desenvolverem programas e medidas para melhorarem o bem-estar da sociedade.

Uma empresa socialmente responsável é aquela que realiza as suas operações de negócios de uma maneira eficiente e ética, tendo também um papel activo na contribuição do bem-estar da sociedade, e que se comporte de uma maneira ecologicamente amigável insistindo no campo da solidariedade social, adoptando sempre medidas que demonstrem respeito e preocupação com o bem-estar dos funcionários e das suas famílias.

Bassino (2004) fala-nos da importância da sinceridade das empresas para com os seus clientes e fornecedores, neste sentido explica uma abordagem alternativa, que tem desenvolvido nas últimas décadas, que inclui uma visão ampla da responsabilidade social em que esta é vista num sentido mais amplo, ou seja, tendo em conta os interesses dos familiares, do ambiente, da comunidade e dos consumidores. Para Bassino (2004) uma boa gestão da

empresa, não se limita apenas a uma gestão de lucros, a empresa deve ser sincera e honesta na divulgação da informação correspondente às suas actividades e aos seus resultados, promovendo uma estratégia de comunicação simples tanto internamente como externamente.

É importante que as empresas criem consciência do impacto que têm na população e no ambiente em geral. Estas não podem fugir das suas responsabilidades inerentes às suas actividades, a sociedade em geral espera que as empresas façam um uso correcto dos seus recursos, e que contribuam para o bem-estar social, tendo um papel fundamental na construção e desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais sustentável e evoluída.

Segundo o Observatório Europeu das Pequenas e Médias Empresas (2002) o conceito de responsabilidade social, responsabilidade económica e responsabilidade para com os colaboradores estão intimamente ligados, sendo que contribuem para o equilíbrio da responsabilidade social (Montiel, 2008).

A crescente preocupação por parte das empresas, de colocar em prática certas atitudes que contribuam para o melhoramento do relacionamento social e da sociedade em geral, desenvolveu normas tanto a nível nacional como internacional. Actualmente é prática comum dedicar conferências públicas, *workshops* e outras actividades a este tema, que cada vez mais tem importância tanto para as empresas como para a sociedade.

Com o intuito de conjugar a orientação económica das empresas com a orientação social Carroll (1991) desenvolveu uma pirâmide que dividia as responsabilidades sociais das organizações em quatro segmentos, com esta divisão Carroll pretendia mostrar que as empresas não só têm obrigações económicas como éticas. (Figura 2). Na base da pirâmide encontram-se as responsabilidades económicas da empresa, como sustentação dos outros segmentos. No segmento seguinte encontravam-se as responsabilidades legais, cabe a empresa seguir o caminho certo e justo. Seguidamente vem o segmento da ética, este segmento contempla negócios justos e equitativos. Por último e no topo encontra-se a responsabilidade filantrópica em que a organização deve contribuir para uma boa qualidade de vida da comunidade.

A sociedade e o consumidor estão cada vez mais atentos às “boas práticas” promovidas pelas empresas, estas práticas estratégicas podem motivar o consumidor a

comprar ou não certo produto. Produtos socialmente responsáveis cativam investidores, e promove um consumo socialmente responsável (Observatório das Pequenas e Médias Empresas Europeias, 2002).

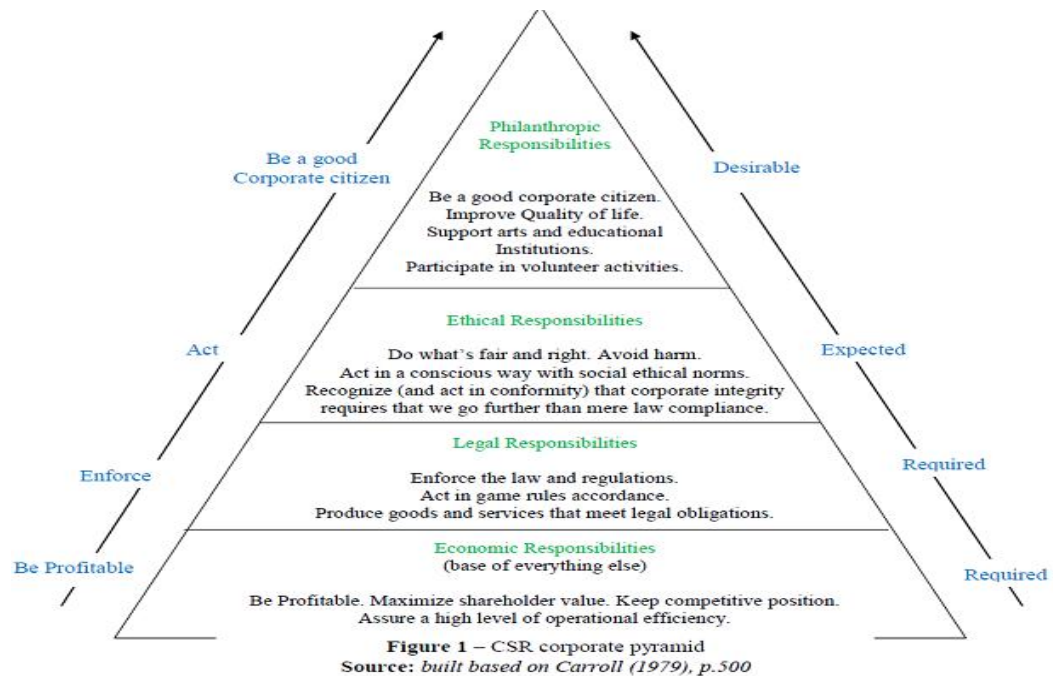


Figura 2. Modelo da pirâmide da Responsabilidade Social das organizações (Fonte: Carroll, A. B. (1991). *The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders*. Business Horizons (pp. 19-48)).

As boas práticas sustentáveis regra geral estão associadas a grandes grupos empresariais ou a médios. Esta associação deve-se ao facto destes terem mais poder económico para puderem investir neste tipo de acções. Provavelmente devia existir um fundo que auxiliasse as pequenas e algumas médias empresas a implementarem regras mais sustentáveis, que estivesse de acordo com a normas de instituições socialmente responsáveis.

2.2 Impacto da responsabilidade na percepção do risco de acidentes de trabalho

Como foi dito anteriormente um grupo de colaboradores de uma dada empresa fazem parte do grupo de *stakeholders* dessa empresa. Se este grupo se encontrar satisfeito com as

medidas praticadas pela empresa, este grupo contribui positivamente para a sucesso e conquistas desta mesma empresa. (Clarkson, 1995).

Quando os colaboradores percebem que a empresa age correctamente, ou seja, segundo as normas previamente estabelecidas, para o desempenho positivo dos seus colaboradores, estes, assumem uma satisfação no trabalho, perante o cumprimento por parte da empresa das normas de segurança, que promovem o bom desempenho do trabalho dos colaboradores.

Como se sabe, a satisfação no trabalho é vista como sendo um conceito multidimensional que engloba vários factores, nomeadamente a remuneração que o colaborador ganha, a perspectiva de promoção, o bom ambiente com os colegas de trabalho, supervisor, e o trabalho que desempenha (Judge, Parker et al, 2001). Sendo que estes factores contribuem todos para a percepção que o colaborador faz da empresa, e consequentemente para a sua satisfação com esta, se o colaborador se sente satisfeito com as dimensões referidas anteriormente, é natural que o seu desempenho seja melhor e mais produtivo. Existe desta forma um comprometimento com a empresa (colaborador – empresa), em a empresa dá as ferramentas necessárias para o bom funcionamento inerente a função do trabalhador e o trabalhador compromete-se a ser produtivo para com a empresa.

Sendo assim, o que pode promover a satisfação do colaborador no trabalho? É simples. Dimensões como as características da função que o colaborador desempenha, o sistema de recompensas, e os benefícios que a empresa promove junto dos colaboradores, as condições em que o trabalhador desempenha o seu trabalho e a forma como é tratado na sua relação com a empresa, são determinantes para a satisfação do colaborador na empresa. Como tal, a forma como a empresa gere as suas políticas de responsabilidade social – colaborador, têm um impacto significativos na satisfação do colaborador. Outra variável que pode ajudar a compreender melhor o processo da satisfação do colaborador com a empresa, é a variável imagem organizacional. A imagem organizacional, é a maneira como o colaborador percebe de maneira global a organização da empresa (Lievens, 2006). Esta percepção desenvolvida positivamente pode ajudar nas decisões dos stakeholders referentes a empresa.

Quanto a percepção desenvolvida pelos colaboradores, a imagem que os colaboradores têm da empresa influencia no sentido do colaborador se identificar com os valores e decisões da empresa ou não. A percepção que os colaboradores têm da sua empresa, tem-se revelado positivamente associada com a satisfação destes no trabalho.

A satisfação organizacional segundo Robbins (1993), é influenciada por quatro dimensões. A primeira dimensão refere-se a funções que estimulem os colaboradores, a segunda dimensão refere-se às recompensa e benefícios, a terceira dimensão relaciona-se com as condições de trabalho, e a quarta dimensão relaciona-se com a interação social, e o clima organizacional. Todas estas dimensões estão relacionadas com a satisfação do colaborador com a empresa e com o seu trabalho.

No entanto é importante relembrar que o colaborador é um agente de mudança, ou seja, estes também se comportam de maneira socialmente responsável. (Duarte & Neves, 2004).

No estudo de Duarte, et al., (2009), verifica-se que as práticas de responsabilidade social também podem influenciar a satisfação que os colaboradores têm no seu local de trabalho, apesar da extensa literatura disponível esta relação entre a satisfação no trabalho e outras variáveis nomeadamente a responsabilidade social é muito escassa o que menoriza a apresentação de estudos recentes.

Ao ser abordado a temática acidentes de trabalho é associada de forma intuitiva a outra palavra, a prevenção. Neste sentido é pertinente referirmos algumas teorias que estão na base da compreensão e prevenção dos acidentes de trabalho. A teoria da propensão individual para os acidentes de trabalho, baseia-se num modelo em que o individuo tem pré-disposição para sofrer determinados acidentes trabalho, neste sentido a prevenção por parte da empresa passa por não deixar alguns colaboradores executarem tarefas que possam terminar num acidente de trabalho.

Outra teoria apresentada é a teoria do dominó, nesta teoria considera-se que a maioria dos acidentes é consequente de factores humanos. Quer com isto dizer-se que a prevenção dos acidentes deve ser controlada através da dominação dos comportamentos dos colaboradores (exemplo: controlo disciplinar e sensibilização).

Outro modelo apresentado na perspectiva de compreender e observar os acidentes, é o modelo epidemiológico dos acidentes, segundo este modelo a recolha de dados estatísticos ajuda na prevenção de acidentes de trabalho.

Por fim outra teoria apresentada por Areosa (2012) é a teoria sociológica dos acidentes de trabalho, esta teoria contempla as relações sociais estabelecidas no trabalho, que quando desajustadas podem provocar acidentes de trabalho. Ou seja, ao existir um conflito dissimulado entre os colaboradores e a empresa, consegue-se explicar quatro dimensões: o comando, a recompensa, a organizacional e a individual. Nestas situações uma possível resolução passaria por renovar-se estas relações sociais de trabalho.

Sabemos que a prevenção é relativa uma vez que os acidentes regra geral não são planeados e ocorrem de diferentes maneiras. Não se quer com isto dizer que as empresas são despromovidas quanto a segurança dos seus colaboradores, simplesmente a temática segurança tem limites inerentes à sua própria condição (Sangan, 1993).

Quanto à hipótese de estudo queremos verificar que: quanto menor for a responsabilidade social maior é a percepção de risco de acidentes de trabalho. O objectivo inicial do estudo prende-se com investigar a percepção do risco de acidentes de trabalho no exercício da condução de transportes de passageiros bem como no ensino de condução automóvel

Capítulo III - Método

Participantes

A amostra é constituída por 162 sujeitos trabalhadores, em que 67.9% (N=110) exercem funções na área da instrução de condução, como instrutores de condução e 32.1% (N=52) na área de transportes, como motoristas. A maioria dos participantes são do sexo masculino (72.7%, N=117), sendo que neste estudo também participaram sujeitos do sexo feminino (27.3%, N=44). Como seria de esperar, neste tipo de profissão, os participantes do sexo masculino estão em maioria. As idades dos participantes variam entre os 22 e os 73 anos, com uma média de 42 anos (DP=10.24).

Quando analisada e comparada a situação profissional dos inquiridos, verificou-se que a maioria dos participantes não exerce cargos directos de chefia (85.7%, N=137), encontrando-se neste grupo os operacionais (63.8% N=102), os que exercem funções administrativas (5.0% N=8), e os técnicos (16.9% N=27). Dado o carácter técnico do tipo de função dos participantes do estudo, apenas uma minoria de 14.4% (N=23) exerce cargos de chefia/quadro superior num universo de 162 sujeitos.

Quando analisado o estado civil, conclui-se que, o grupo mais representativo é o grupo dos casados ou em união de facto (75.3% N=119), seguido do grupo dos solteiros (17.1% N=27), do grupo dos divorciados (6.3% N=10) e dos viúvos (1.3% N=2). Quando analisado se os participantes vivem no meio rural ou urbano, conclui-se que 32.3% vivem no meio de residência rural (N=50) e 67.7% vivem no meio de residência urbano (N=105). Quando questionado o grau de escolaridade, as opções de resposta situavam-se entre o 1ºCiclo (13.5% N=21), 2ºCiclo (5.8% N=9), 3ºCiclo (13.5% N=21), secundário (58.3% N=91) e a licenciatura (9.0% N=14), verificando-se que maioritariamente os participantes tinham o ensino secundário completo (58% N=91).

No final do questionário foram também apresentadas algumas questões relacionadas com os acidentes de trabalho. Na primeira questão foi questionado se o trabalhador já sofreu algum acidente de trabalho, onde maioritariamente responderam que não (61.1% N=99). Seguidamente questionou-se ainda se algum dos acidentes de trabalho foi com baixa médica e responderam maioritariamente que não (79.2% N=122).

Seguidamente questionou-se ainda se algum colega já sofreu pelo menos um acidente de trabalho, respondendo maioritariamente que sim (84.6% N=126). Quando questionados se no desempenho das suas funções necessitam de equipamentos de protecção individual, responderam maioritariamente que não necessitam de equipamentos de segurança individual (64.8% N=105). Dos que necessitam de equipamento de segurança individual 76.7%, têm estes equipamentos de segurança disponíveis (N=46).

Tabela 1. Caracterização dos acidentes de trabalho.

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
1. Já sofreu algum acidente de trabalho?	38.9% N=63	61.1% N=99
2. Algum dos acidentes foi com baixa médica?	20.8% N=32	79.2% N=122
3. Algum colega de trabalho já sofreu um acidente de trabalho?	84.6% N=126	15.4% N=23
4. No desempenho das suas funções necessita de equipamentos de protecção individual?	35.2% N=57	64.8% N=105
4.1. Se sim, tem disponíveis esses equipamentos?	76.6% N=46	23.3% N=14

A maioria dos participantes deste estudo trabalha com horário laboral fixo, ou seja, encontram-se a trabalhar 8 horas por dia (69.4% N=109) sendo que apenas uma minoria dos inquiridos trabalham por turnos (29.9% N=47).

Quanto à antiguidade na empresa, verifica-se que em média os trabalhadores encontram-se no local de trabalho há 13 anos (DP=12,69).

Tabela 2. Caracterização sócio demográfica da amostra.

	N	%
Sexo		
Masculino	117	72,7
Feminino	44	27,3
Estado Civil		
Casado ou união de facto	119	75,3
Solteiro	27	17,1
Divorciado	10	6,3
Viúvo	2	1,3
Escolaridade		
1ºCiclo / 4ªClasse	21	13,5
2ºCiclo / 6ºAno	9	5,8
3ºCiclo / 9ºAno	21	13,5
Secundário / 12ºAno	91	58,3
Licenciatura	14	9,0
Mestrado	0	0
Doutoramento	0	0
Função Profissional		
Gestão / Supervisão	18	11,3
Quadro Superior	5	3,1
Técnica	27	16,9
Administrativa	8	5,0
Operacional	102	63,8
Horário		
Fixo	109	69,4
Turnos	47	29,9
Ambos	1	6

Instrumentos

Para o presente estudo interessa-nos estudar a relação entre a responsabilidade social e a percepção do risco de acidentes de trabalho. O instrumento utilizado na presente investigação foi um questionário composto pelas seguintes escalas:

A primeira escala é a escala de *responsabilidade social percebida* (Duarte, 2011). Esta escala foi fundamental para medir a percepção que os colaboradores têm das práticas de responsabilidade social da empresa (e.g., “A sua empresa apoia causas sociais”). Da escala inicial mantiveram-se os 16 itens, sendo que a resposta foi dada através de uma escala de *Likert* de 1 a 5, em que o 1 corresponde aos discordo totalmente, e o 5 valor máximo de resposta corresponde ao concordo totalmente.

A escala de *responsabilidade social percebida* (Duarte, 2011) avalia três dimensões, a primeira dimensão corresponde aos colaboradores, com os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7 (e.g., “Incentiva a formação profissional dos seus trabalhadores”), a segunda dimensão avalia a responsabilidade social perante o ambiente e a comunidade itens 8, 9, 10, 11, 12 e 13 (e.g., “Apoia eventos culturais e educativos”), e por último a terceira dimensão avalia a responsabilidade social económica itens 14, 15 e 16 (e.g., “Esforça-se por ser lucrativa”).

A análise de consistência feita à escala de responsabilidade social percebida indica-nos uma consistência muito boa, maioritariamente superior a 0,80 em todas as sub-escalas. Na dimensão responsabilidade social perante os colaboradores (1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) o alfa de cronbach's apresenta uma consistência muito boa ($\alpha=.88$), a dimensão responsabilidade social perante a comunidade e o ambiente (8, 9, 10, 11, 12 e 13) tem uma consistência interna muito boa ($\alpha=.91$), e na dimensão responsabilidade social económica (14, 15 e 16) a consistência é também muito boa ($\alpha=.84$).

Tabela 3 – Escala da Percepção da Responsabilidade Social (baseado em Duarte, 2011).

Dimensão Colaboradores
01. Incentiva a formação profissional dos seus Trabalhadores
02. Cumpre com o Código de Trabalho
03. Promove a igualdade entre Homens e Mulheres
04. Promove o equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional
05. Apoia a integração profissional de pessoas com deficiência
06. Desenvolve regras internas que orientem o comportamento dos Trabalhadores

07. Garante a segurança do seu emprego

Dimensão Ambiente e Comunidade

- 08. Dá donativos para associações
 - 09. Desenvolve projectos de conservação da natureza
 - 10. Apoia eventos culturais e educativos
 - 11. Apoia causas sociais
 - 12. Apoia eventos desportivos
 - 13. Apoia a criação e o desenvolvimento de empresas mais pequenas
-

Dimensão Económica

- 14. Garante o pagamento atempado de salários e regalias
 - 15. Esforça-se por ser lucrativa
 - 16. Esforça-se por ser uma das melhores empresas no seu sector de actividade
-

Quanto à segunda escala, a escala de *percepção dos acidentes de trabalho*, é composta por 16 itens. Estes itens surgem da revisão e adaptação de uma escala inicial existente. A resposta é dada através de uma escala de *Likert* de 1 a 5, em que o 1 corresponde aos discordo totalmente, e o 5 valor máximo de resposta corresponde ao concordo totalmente.

Tabela 4 – Escala da Percepção dos Acidentes de Trabalho (baseado em Teixeira, 2002).

Dimensão Consciência de Ameaça e Ilusões

- 01. Preocupa-me a possibilidade de vir a sofrer um acidente de trabalho
 - 02. Considero que a minha área de trabalho um sector seguro
 - 03. Existe a possibilidade de vir a sofrer um acidente e trabalho
 - 12. Os riscos a que estou exposto diariamente assustam-me
 - 13. Durante o desempenho da minha função podem ocorrer acidentes de trabalho
 - 14. Quando os acidentes ocorrem, há possibilidade das consequências serem fatais
 - 15. Julgo que no futuro os acidentes de trabalho poderão provocar mais danos pessoais
 - 16. Considero que os acidentes de trabalho têm tendência a aumentar
 - 17. Estou seguro no meu local de trabalho
-

Dimensão Controlo, Crenças Exageradas, Prevenção e acidentes e Trabalho

- 04. Os equipamentos de protecção individual são um meio essencial, para evitar os acidentes no meu trabalho
 - 05. Tenho por hábito usar equipamentos de protecção individual
 - 06. Os equipamentos de protecção individual dificultam o meu trabalho
 - 07. Os equipamentos de protecção individual são necessários para o desempenho adequado e seguro da minha função
 - 08. Sou uma pessoa capaz de contribuir para a prevenção de um acidente
 - 09. Estou consciente do risco a que estou exposto diariamente
 - 10. Relativamente aos meus colegas de trabalho, considero que estes são mais capazes de evitar os acidentes de trabalho do que eu
 - 11. Considero-me um indivíduo capaz de evitar os acidentes de trabalho
-

A presente escala é composta por 16 itens que visam dar uma resposta sobre a percepção que o trabalhador tem sobre o risco de acidentes no seu local de trabalho (e.g., “Preocupa-me a possibilidade de vir a sofrer um acidente de trabalho”).

Foi realizada uma análise factorial à escala, com extracção de apenas dois factores, a qual revelou a existência de 40,42% da variância explicada ($KMO=.778$ $p=.000$). Retirando-se desta análise duas dimensões, a dimensão consciência de ameaça e a dimensão percepção de controlo. A dimensão consciência de ameaça é composta pelos itens 1, 2R, 3, 12, 13, 15, 16, 17R, apresenta um alpha ($\alpha=.77$) que corresponde a um bom nível de consistência interna. Quanto à dimensão percepção de controlo, composta pelos itens 4, 5, 6R, 7, 8, 9, 11, apresenta um alpha ($\alpha=.69$) o que corresponde a um bom nível de consistência interna.

Seguidamente foi apresentada uma tabela com 21 itens em que o participante tinha de responder através de uma escala de *Likert*, em que o 0 correspondia a nunca e o 5 corresponde a continuamente. As afirmações apresentadas têm como objectivo verificar com que frequência o colaborador está exposto no seu local de trabalho a diversas *situações potencialmente perigosas*. Entre elas, materiais perigosos ou tóxicos, ser entalado, vibrações, explosões entre outras num total de 21 afirmações (e.g., “Iluminação deficiente”).

Após ser feita uma análise de consistência interna da tabela concluiu-se que a consistência interna no total era muito boa ($\alpha=.91$). Posteriormente foi feita uma análise factorial e foram agrupados todos os itens em 4 factores principais que explicam um total da variância da tabela em 66.87%. O primeiro factor que apresenta um conjunto de questões relacionadas com riscos traumáticos é composto pelos itens 4, 5, 7, 8, 14, 16, 18 e 20 ($\alpha=.91$), o segundo factor denominado máquinas e veículos, é composto pelos itens 6, 11, 12 e 21, ($\alpha=.75$), o terceiro factor denominado ritmo de trabalho é composto pelos itens 13, 15 e 17, ($\alpha=.79$) e por último o quarto factor denominado matérias nocivas é composto pelos itens 1, 2, 3, 9 e 10, ($\alpha=.90$).

Para explorar a percepção da probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho, elaborou-se uma tabela com 7 afirmações com possíveis situações que podem ocorrer no local de trabalho. Nesta tabela o participante tinha de responder através de uma escala de *Likert*, onde o 0 corresponde a nunca e o 5 corresponde a continuamente.

Todas as afirmações apresentadas têm como objectivo verificar qual a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e possíveis associações ou relações (e.g., “Qual a probabilidade de ocorrência de acidentes graves ou fatais”). Após ser determinado o Alpha de Cronbach concluiu-se que a escala apresenta uma consistência interna muito boa ($\alpha=.88$).

No decorrer do questionário, foram incluídas algumas questões de legislação laboral praticadas na empresa em que o participante tinha de responder Sim / Não / Não sabe ou Não quer responder. Estas afirmações tinham como principal objectivo identificar as medidas promovidas pela empresa em questões de segurança e saúde no trabalho, bem como compreender se a empresa toma medidas que protejam os seus colaboradores no seu local de trabalho se a empresa possui equipamentos de segurança, se existem muitos acidentes de trabalho na empresa com ou sem baixa entre outros (e.g., “A sua empresa toma medidas, para proteger a segurança e saúde dos trabalhadores”). Pretendia-se compreender também se o colaborador já sofreu algum acidente de trabalho, se algum desses acidentes foi com baixa médica, se a nível global da empresa é frequente existirem acidentes de trabalho, se ao nível dos equipamentos de protecção individual, se por norma são usados ou não, e se existem estes equipamentos em quantidades suficientes para todos.

Para efeitos da caracterização da amostra foram introduzidos questões relativas a dados socio-demográficos como a idade, o género, e a nacionalidade, estado civil, meio de residência, escolaridade bem como qual a sua situação profissional (gestão, quadro superior, técnica, administrativo ou operacional), qual o horário praticado pelo colaborador e a sua antiguidade na empresa.

Procedimento

O presente questionário foi enviado previamente para diversas empresas na área de transportes público/privados, urbanos, regionais e nacionais. No entanto obtivemos apenas resposta de uma empresa, a transportadora Isidoro Duarte. No primeiro contacto possível com a empresa, foi enviado uma mensagem electrónica que continha o propósito da investigação, e os respectivos dados institucionais. Posteriormente foi agendada uma reunião com o principal propósito de dar a conhecer o estudo pormenorizadamente, com vista a obtenção da

participação dos funcionários da empresa. No final da reunião com o gestor da empresa foi deixado um exemplar do estudo, para uma análise mais profunda, e posterior aprovação.

O exemplar continha uma breve apresentação do estudo, a forma como deveria de ser dada a resposta e o contacto directo da orientadora do estudo bem como o da aluna. É importante salientar que os questionários foram preenchidos por cada participante individualmente e cada questionário continha previamente uma breve descrição de como preencher e responder a cada escala.

O processo de aplicação dos questionários iniciou-se primeiramente na empresa de transportes Isidoro Duarte. No início o pessoal dos quadros superiores fazia a distribuição e a respectiva recolha dos questionários. Porém a investigadora deu-se conta que era mais favorável ser a própria a fazer esta distribuição e a respectiva recolha.

A empresa participou sempre de bom agrado no estudo facilitando sempre informações complementares.

Devido à insuficiência da dimensão da amostra, foi também promovida a divulgação do questionário em diversas páginas de internet especializadas na área de motoristas e instrutores de condução. Esta divulgação foi feita a partir do *link* criado através do programa Qualtrics.

Durante a recolha de dados procurou-se tanto quanto possível minimizar a invasibilidade no decorrer do trabalho dos sujeitos.

Capítulo IV - Resultados

Com a análise de dados pretende-se verificar a relação das três dimensões da Percepção da Responsabilidade Social (dimensão colaboradores, dimensão ambiente e comunidades e dimensão económica), e das variáveis percepção de acidentes de trabalho na exposição ao risco dos participantes motoristas e instrutores de condução.

Na tabela 5, encontram-se os resultados das médias e desvio-padrão das variáveis em estudo. Os resultados indicam que os colaboradores inquiridos têm percepção da existência de práticas de responsabilidade social dentro da empresa.

Quando analisada a escala de resposta verificamos que a variável percepção de responsabilidade social – económica apresenta uma média mais elevada ($M=3,9$, $DP=1,09$) que as outras dimensões.

Na variável percepção de acidentes de trabalho com uma escala de resposta de *Likert* em que 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) destacam-se os valores da percepção de controlo ($M=4,08$, $DP=,50$), embora os valores da percepção de consciência de ameaça estejam acima da média ($M=3,3$, $DP=,65$).

Para avaliar a associação entre as variáveis em estudo, recorreu-se à análise de correlações (tabela 5). Após a análise da tabela de correlações verificou-se que as dimensões da responsabilidade social estão todas relacionadas positivamente entre si.

Tabela 5. Média, Desvio de Padrão e Correlação.

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Exp materia s nociva s	Exp ritmo de trabalh o	Exp maquin as e veículo s	Exp riscos traumat icos	Prob_ac_ total	PAT_p ercepçã o_contr olo	PAT_con sciencia_ ameçaça	PRS_e conomi ca	PRS_a nbient_ comuni dade	PRS_col aborador es
Exp materias nocivas	3,14	1,44										
Exp ritmo de trabalho	4,27	1,27	,386**									
Exp máquinas e veículos	4,59	1,18	,499**	,498**								
Exp riscos traumáticos	3,17	1,23	,790**	,471**	,531**							
Prob_ac_tota l	4,25	1,32	,515**	,324**	,568**	,487**						
PAT_percep ção_controlo	4,08	,508	-,034	,030	,205**	-,011	,242**					
PAT_consci encia_ameaç	3,34	,659	,175*	,225**	,338**	,129	,435**	,375**				
PRS_econó mica	3,97	1,09	,008	-,096	-,165*	,090	-,213**	-,051	-,461**			
PRS_anbient _comunidade	3,07	,916	,093	-,087	-,167*	,177*	-,100	-,156*	-,358**	,541**		

PRS_colaboradores	3,56	,882	-,008	-,126	-,141	,066	-,233**	-,034	-,389**	,613**	,627**
-------------------	------	------	-------	-------	-------	------	---------	-------	---------	--------	--------

Nota¹: Escala de resposta de 5 pontos (1 – Discorda Totalmente a 5 – Concorda Totalmente).

** p<0.01.

Coefficientes de alfa de Cronbach na diagonal

PRS= Percepção de responsabilidade social.

PAT= Percepção de acidentes de trabalho.

Após verificarmos todas as correlações disponíveis, analisou-se os resultados da correlação, com o intuito de verificar a relação das três dimensões da percepção da responsabilidade social (dimensão económica, dimensão ambiente e dimensão colaboradores), com as restantes variáveis.

No quadro anterior verificamos que a variável PRS-colaboradores está positivamente relacionada com as variáveis PRS-económica ($r=,627$) e PRS-ambiente e comunidade ($r=,613$). Estes valores indicam ainda uma classificação da correlação forte e significativa ($p=,000$). Quando analisadas as correlações entre a variável PRS colaboradores e a PAT - consciência de ameaça ($r=-,389$), a PAT - percepção de controlo ($r=-,034$), e com a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ($r=-,233$), concluímos que apresenta uma correlação negativa fraca com todas estas variáveis. Quando analisada a significância da correlação verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas com as variáveis probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ($p=,003$) e com a variável PAT-consciência de ameaça ($p=,000$).

Quando analisada a correção da variável PRS-colaboradores com as variáveis exposição a riscos traumáticos ($r=,066$), exposição a máquinas e veículos ($r=-,141$), exposição ao ritmo de trabalho ($r=-,126$), e exposição a matérias nocivas ($r=-,008$), os resultados indicam que existe uma correlação positiva fraca com a variável exposição a riscos traumáticos ($r=,066$) embora esta correlação não seja estatisticamente significativa ($p=,402$). Quanto às restantes variáveis verificou-se uma correlação negativa fraca, não significativa ($p=>,05$).

Ao analisarmos as correlações obtidas com a PRS-ambiente e comunidade, verificamos que existe uma correlação negativa média e significativa com a variável PAT-consciência de ameaça ($r=-,358$). Quando analisada a PRS-ambiente e comunidade com a PAT-percepção de controlo, ($r=-,156$) com a probabilidade de ocorrência de acidentes total ($r=-,100$) com a exposição a máquinas e veículos ($r=-,167$) e com a exposição a ritmo de trabalho ($r=-,087$), verificamos que todas as correlações são negativas e fracas não existindo diferenças estatisticamente significativas nas presentes variáveis ($p>,05$).

Na análise da PRS-económica verificou-se que existem correlações negativas fracas com a PAT percepção de controlo ($r=-,051$), com a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ($r=-,213$), com a exposição a máquinas e veículos ($r=-,165$) e com a exposição a ritmo de trabalho ($r=-,096$), estas variáveis não apresentaram diferenças estatisticamente significativas ($p>,05$) quando correlacionadas com a PRS-económica. Mais ainda, as variáveis exposição a riscos traumáticos ($r=,090$) e exposição a matérias nocivas ($r=,008$) apresentam uma correlação positiva ainda que fraca e não significativa estatisticamente ($p>,05$).

Quando analisada as correlações entre a variável PAT-consciência de ameaça e as variáveis PAT-percepção de controlo ($r=,375$), probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho total ($r=,435$), exposição a máquinas e veículos ($r=,338$) obtivemos correlações médias, positivas e estatisticamente significativas ($p<,001$). Ao analisarmos a PAT-consciência de ameaça com a experiência a riscos traumáticos ($r=,129$) e com a exposição a ritmo de trabalho ($r=,225$) concluímos que a correlação é positiva mas fraca, no entanto significativa quando analisada com a exposição a ritmo de trabalho ($p=,004$).

Relativamente a PAT-percepção de controlo quando analisadas as correlações com as restantes variáveis observa-se que maioritariamente existem correlações positivas e estatisticamente significativas embora fracas, com a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ($r=,242$, $p=,002$) e exposição a máquinas e veículos ($r=,205$ $p=,009$). As restantes análises à exposição a riscos traumáticos ($r=-0,011$) e exposição a matérias nocivas ($r=-,034$) indicam-nos que as correlações são negativas e fracas.

Quando analisada a correlação de probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho com a exposição a riscos traumáticos ($r=,487$) com a exposição a máquinas e veículos

($r=,568$) com a exposição a ritmo de trabalho ($r=,324$) e com a exposição a matérias nocivas ($r=,515$), conclui-se que existem correlações positivas médias com todas as variáveis apresentando ainda diferenças estatisticamente significativas em todas as variáveis mencionadas anteriormente.

Ao analisarmos os resultados das correlações entre a exposição a riscos traumáticos com a exposição a máquinas e veículos ($r=,531$) e a exposição a ritmo de trabalho ($r=,471$) verificamos que existem correlações positivas médias. Quando analisarmos a correlação com a exposição a matérias nocivas ($r=,790$) verificamos que existe uma correlação positiva forte e que existem diferenças estatisticamente significativas ($p=,000$) em todas as variáveis mencionadas anteriormente.

Por último ao analisarmos as correlações com a exposição a máquinas e veículos conclui-se que existem correlações positivas, médias e estatisticamente significativas ($p=000$) com a exposição ao ritmo de trabalho ($r=,498$) e com a exposição a matérias nocivas ($r=,499$). Finalmente ao analisarmos a exposição ao ritmo de trabalho verifica-se que existe uma correlação positiva fraca com exposição a matérias nocivas ($r=,386$) em que existem diferenças estatisticamente significativas ($p=,000$).

Capítulo V – Discussão

Com o presente estudo pretendeu-se investigar as temáticas responsabilidade social das empresas bem como a percepção que os colaboradores têm dos acidentes de trabalho e a relação entre estas duas variáveis.

Ao observarmos os resultados obtidos podemos verificar que quanto ao nível médio das respostas dadas não existem diferenças significativas entre as três dimensões da responsabilidade social, inclinando-se as respostas dos inquiridos para níveis médios.

Quanto às três dimensões da percepção da responsabilidade social, verifica-se que nos três níveis da responsabilidade social da empresa existe uma percepção média por parte dos colaboradores das práticas promovidas pela empresa. No entanto verifica-se também que os colaboradores têm uma percepção da consciência de ameaça relativamente alta. É possível diminuirmos esta percepção da consciência de ameaça divulgando mais medidas de segurança

bem como promovendo mais formação na temática higiene e segurança no trabalho. É um investimento que a curto/longo prazo poderá dar mais tranquilidade e mais segurança no que diz respeito ao bem-estar dos colaboradores na empresa.

Verifica-se também que os colaboradores têm uma percepção relativamente alta no que diz respeito a exposição a máquinas e veículos, exposição ao ritmo de trabalho e exposição a matérias nocivas e riscos traumáticos, bem como uma alta percepção de probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho.

Quanto à variável percepção de acidentes de trabalho relaciona-se positivamente com a exposição aos riscos traumáticos, exposição a máquinas e veículos, exposição ao ritmo de trabalho bem como à exposição a matérias nocivas. Estes dados positivos ainda que contenham uma classificação média, podem indicar uma boa percepção dos colaboradores face às medidas promovidas para que não existam acidentes de trabalho na organização.

Ao analisarmos a variável exposição a riscos traumáticos, verificamos que se correlaciona positivamente com as variáveis com a exposição a máquinas e veículos, com a exposição ao ritmo de trabalho e com a exposição a matérias nocivas. No entanto verifica-se que esta variável apresenta uma maior correlação com a variável matérias nocivas, o que sugere, uma percepção bastante forte dos colaboradores e possivelmente um medo da exposição a matérias nocivas, uma vez que pode sugerir a morte.

Ao analisarmos a exposição a máquinas e veículos apresenta uma correlação positiva ainda que média com a relação entre a exposição ao ritmo de trabalho e a exposição a matérias nocivas. Esta informação pode indicar uma maior consciência dos riscos por parte dos colaboradores uma vez que toda a amostra trabalha com veículos no seu quotidiano.

Os resultados mais significativos deste estudo é a relação negativa entre a percepção da responsabilidade social – colaboradores e as dimensões da percepção de risco de acidentes de trabalho (percepção de controlo e consciência de ameaça) e a percepção de probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho. O que mostra que quanto mais a empresa investir em práticas de responsabilidade social face ao bem-estar dos colaboradores menor vai ser a percepção de risco. A responsabilidade social contribui assim para o bem-estar no contexto do trabalho.

Vários estudos indicam que, os colaboradores são uma peça fundamental para que todas as normas implementadas e definidas pela organização sejam cumpridas (Collier, 2007). Alguns estudos indicam ainda que se a empresa adoptar certos comportamentos de Responsabilidade Social, esses comportamentos são adoptados pelos seus colaboradores e podem ter influência nas atitudes e comportamentos dos seus colaboradores. Esta relação se positiva, fortalece o envolvimento das organizações nas práticas de Responsabilidade Social (Brammer, Rayton & Neves, 2007), promovendo a satisfação no trabalho (Duarte, Neves, 2009).

É notório a preocupação dos colaboradores no que diz respeito às acções desenvolvidas pela organização. Estas acções formam juízos, que por sua vês forma percepções, percepções estas, que modelam as opiniões no que diz respeito a responsabilidade social das organizações.

Capítulo VI – Conclusão

O presente estudo possui naturalmente algumas limitações que devem ser tidas em conta na generalização e na contextualização da interpretação dos resultados.

No entanto para investigações e estudos futuros sugere-se uma continuação mais alargada do estudo, bem como uma recolha mais profunda em empresas de transportes, nomeadamente em ambiente rural e ambiente urbano. Poderá ser uma boa comparação, verificar em diferentes localizações geográficas as mesmas variáveis. Tanto quanto possível seria desejável que a amostra ou o número de pessoas inquiridas fosse maior.

No presente estudo e como já foi discutido anteriormente denota-se várias situações, como por exemplo o facto de os colaboradores relacionarem negativamente a probabilidade de acontecimento de acidentes de trabalho com a responsabilidade social. Isto indica, que a empresa promove várias acções que tranquilizam os trabalhadores, que por sua vez têm à sua disposição vários mecanismos de segurança.

Quanto à percepção de acidentes de trabalho existe uma consciência por parte das empresas em investir em práticas socialmente responsáveis, essas práticas reflectem-se na percepção de responsabilidade social dos colaboradores (Gomes, Neves, 2009).

Reportando-nos uma pouco para o prisma nacional, concluímos que em Portugal, a percepção de responsabilidade social desenvolve-se, lentamente dentro das organizações. Visto que o estudo incide sobre várias pequenas e médias empresas portuguesas é relevante clarificar que mesmo num contexto de crise económica, estas empresas não se esquecem que os aspectos sociais e ambientais são uma mais-valia e uma condição quase essencial para o seu próprio desenvolvimento.

Quantos à percepção de acidentes de trabalho sabemos que estes não são inevitáveis. No entanto podem ser analisados e compreendidos da melhor maneira para que futuramente seja possível prevenir. Através de estudos anteriores verificou-se ainda que a percepção que os colaboradores têm sobre a organização e sobre as suas práticas de responsabilidade social condiciona a imagem que estes têm da organização e influencia positivamente ou negativamente o desempenho do seu trabalho (Areosa, 2012).

Referências

- Autoridade para as Condições do Trabalho. (2008). *Estatísticas*. Recuperado em 01 de Março 2013, de <http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/be/bedez2012.pdf>.
- Antonovsky, A. (1987). *Unraveling the mystery of health: How people manage stress and stay well*. San Francisco: The Jossey-Bass, (pp.06-44).
- Adams, M., & Smith, F. (2001). Risk perception and risk communication: Recent Developments and implication for anesthesia. Ed:Anesthesia, (pp.100-102).
- Adams, J. (1995), *Risk*. London: UCL Press, (pp.103-134).
- Brammer, S., Millington, A. & Rayton, B. (2007). The contribution of corporate social responsibility to organisational commitment. *International Journal of Human Resource Management*, 18 (10), (pp.1701-1719).
- Bassino, J. P. (2004), Corporate Social Responsibility in the Age of Globalisation. In: Ebisu, (pp.215-219).
- Collier, J., & Esteban, R. (2007) Corporate social responsibility and employee commitment. *Business Ethics: A European Review*, 1, (pp. 19-34).
- Carroll, A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Towards the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34, (pp.39-48).
- Campos, H. (2000). Riscos geomorfológicos na análise de risco ambiental. *Revista de Geografia*, 16(2), (pp.55-78).
- Cardona, O. (2001). *La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo*. University and Research Centre, Wageningen,Holanda, (pp.220-225).
- Comissão Europeia (2001). Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, COM (2001). Recuperado em 09 de Setembro de 2013 http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf.

- Diário da República (2009) *Acidentes de Trabalho*. Recuperado em 21 de Março de 2013, de <http://www.fd.ul.pt/LinkClick.aspx?fileticket=jjCu5fqbmj0%3D&tabid=396>.
- Dook, J. & Longnecker, N. (2004). Development of a Risk Perception Web Portal and Training Tool. Proceedings of the Society of Petroleum Engineers. SPE, (pp.86840).
- Douglas, M. (1992). *Risk and Blame: essays in cultural theory*. Retriever from:http://books.google.pt/books?id=QVaNXdddce0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- Douglas, M. & Wildavsky, A. (1982), Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press.
- Douglas, M. (1999). *Implicit meaning*. London and New York:Routledge.
- Douglas M, Wildavsky A. (1982). Risk and culture: an essay on selection of technological and environmental dan-gers. Berkerley: University of California Press (pp.29-186).
- Duarte, A. P. (2011). Corporate Social Responsibility from an Employees', Perspective: Contributes for Understanding Job Attitudes Tese de doutoramento, (pp.16-45).
- Duarte, A. P., & Neves, J. (2009). Relação entre responsabilidade social percebida e implicação dos colaboradores: O papel mediador da imagem organizacional. XI Seminário Luso-Espanhol de Economia Empresarial. Faro, Portugal.
- Duffey, R.Bley.; Saul, J.W. (2007). Risk Perception in Society: Quantification and Management for Modern Technologies. Risk Reliability & Societal Safety, Stavanger, Norway, (pp.24-27).
- Edwards, A., & Prior, L. (1997). Communication about risk - Dilemmas for general practitioners. British Journal of General Practice, 47, (pp.739-742).
- Fernandes, N. & Amaral, C. (2000), *Movimentos de massa: uma abordagem geológico-geomorfológica*. In: GUERRA, António T. & CUNHA, Sandra B. da. Geomorfologia e meio ambiente, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (3). (pp.123-194).

- Gago, C., Cardoso, E., Campos, J., Vicente, L., & Santos, M. (2005). *Responsabilidade social das empresas portuguesas: 25 casos de referência*. Lisboa: Companhia das Cores, Design e Comunicação Empresarial.
- Granjo, P. (2006). *Quando o conceito de risco se torna perigoso*, *Análise Social*, 181, (pp.1167-1179).
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (Ed.). (2012) *Acidentes de trabalho 2010*. Lisboa: GEP (pp.57-88).
- Jaeger, C.C., Renn, O., Rosa, E. & Webler, T. (2001). *Risk, Uncertainty, and Rational Action*. London: Earthscan.(pp.18-25).
- Areosa, João (2012), *O lado obscuro dos acidentes de trabalho. Um estudo de caso no setor ferroviário*. V.N.Famalicão: Húmus (pp.160-164).
- Kates, W. (1971). Natural hazard in human ecological perspective: hypotheses and models, *Economic Geography Clark University*, 47, (pp.440-445).
- Langer, E. J. (1983), *The Psychology of Control*, Beverly Hills, CA, Sage, 32, (pp.191-195).
- Lavell, A. (1994). *Vivendo en Riesgo: Comunidades Vulnerables y prevención de Desastres en América Latina*. Editores La Red, Tercer Mundo. Bogotá (pp.02-13).
- Lavell, A. (1996). *Degradación Ambiental, Riesgo y Desastre Urbano. Problemas y Conceptos: Hacia la Definición de Una Agenda de Investigación*. LA RED. Lima, Perú.
- Lima, M. et all.(2009). *Percurso da Investigação em Psicologia Social e Organizacional*. Vol. IV, Lisboa, Edições Colibri, 2009, (pp.105-118).
- Lichtenstein, S., Slovic, P., Fischhoff, B., Layman, M., & Combs, B. (1988). Judge frequency of lethal events. *Journal of Experimental Psychology*, 4, (pp.551–578).
- Maskrey, A. (1994). *Comunidad y desastres en América Latina: estrategias de intervención, Vivendo en riesgo: comunidades vulnerables y prevención de desastres en América Latina* (Ed.), LA RED, Tercer Mundo Editores.

- Marandola Jr, et al (2003) Natural Hazards: O estudo geográfico dos riscos e perigos. Campinas (pp.94-106).
- Mintzberg, M. (1983). The case for corporate social responsibility. *Journal of Business Strategy*, 4, (pp.03-15).
- Montiel, I. (2008). Corporate social responsibility and corporate sustainability: Separate pasts, common futures. *Organization & Environment*, 21 (3) (pp.245-269).
- Neto, F. and C. Froes (2001). Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro sector, Rio de Janeiro: Qualitymark, (pp.98-113).
- Organização Internacional do Trabalho. (2005). Novidades. Recuperado em 20 de Janeiro de 2013, de www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_dia_seguranca_pt.htm.
- Observatory of European Small and Medium-sized Enterprises. (2002). *European SMEs and Social and Environmental Responsibility*. Brussels: Publications DG Enterprises, European Communities, (pp.10-23).
- PORDATA. (2010). Acidentes de trabalho: total e mortais por 100 mil empregados em Portugal. Recuperado em 02 de Março de 2013, de <http://www.pordata.pt/Portugal/Acidentes+de+trabalho+total+e+mortais+por+100+mil+empregados-616>.
- Kotler, P., & Lee, N. (2005). *Corporate social responsibility: Doing the most good for your company and your cause*. New Jersey: John Wilson & Sons, Inc, (pp.114-123).
- Krimsky, S. (1992). The role of theory in risk studies, in S. Krimsky; D. Golding (Orgs.), *Social theories of risk*. Westport, Prager (pp.16-31)
- Rowe, W. (1987). Alternative risk evaluation paradigms, in Haimes. New York: American Society of Civil Engineers, (pp.13-34).

- Rosa, A. (2003). The logical structure of the social amplification of risk framework (SARF): Metatheoretical foundation and policy implications. In N. K. Pidgeon, R.E.
- Slovic, P (Ed.). The social amplification of risk. Cambridge: Cambridge University Press. (pp. 47-79).
- Santos, M. J., Santos, A.M., Pereira, E., & Almeida, J. (2006). Responsabilidade social nas PME: Casos em Portugal. Lisboa: RH Editora, (pp.56-78).
- Starr, C. (1969). Social Benefit vs. Technological Risk. *Science*, American Association for the Advancement of Science, 165, (pp.1232-1345).
- Slovic, P. (1987). Perception of risk. *Science*, 232, (pp.280-297).
- Slovic, P. (1992). Perception of risk: Reflexions on the psychometric paradigm. *Social theories of risk*. New York: Praeger (pp.07-23).
- Slovic, P. (2000). *The perception of risk*. London: EarthscanPublications Ltd.
- Slovic P. (1999). *Trust, emotion, sex, politics, and science: Surveying the risk assessment battlefield*. *Risk Analysis*, 19, (pp.689-701).
- Van Marrejkick, M. (2003). *Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency and communion*. *Journal of Business Ethics*, 44, (pp.95-105).
- Waddock, S. (2008a). *Building a new institutional infrastructure for corporate responsibility*. *Academy of Management Perspectives*, 22 (3), (pp.87-108).
- Windschitl, P. D., and Wells, G. L. (1996). *Measuring psychological uncertainty: verbal versus numeric methods*. *Journal of Experimental Psychology. Applied*, (pp.343-364).
- Wilkinson, A., Hill, M., & Gollan (2001). *The sustainability debate*. *International Journal of Operations & Production Management*, 21 (12), (pp.1492-1502).

Apêndice

Apêndice I

Tabela de acidentes de trabalho mortais objecto de inquérito tratados pela ACT em 2012.

Tipo de acidente	Ano da ocorrência		
	2011	2012	%
Nas instalações	128	117	78,5
<i>In itinere</i>	14	16	10,7
Em viagem, transporte ou circulação	19	16	10,7
Total	161	149	100

Anexos

Anexo I. Questionário



UNIVERSIDADE LUSÓFONA
de Humanidades e Tecnologias
Humani nihil alienum

Este questionário enquadra-se na investigação de mestrado de Catarina Dias no âmbito do Mestrado de Psicologia do Trabalho em Contextos Internacionais e Interculturais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob a supervisão de Prof.Dr^a Ana Loureiro que estão disponíveis para fornecer mais informações sobre o estudo em catarina.alexandra.guerreiro@hotmail.com.

Por favor, siga cuidadosamente as indicações. Não há respostas certas ou erradas. Não escreva o seu nome, ou qualquer outro dado que o identifique, que não seja solicitado. É livre de participar, assim como de desistir a qualquer momento. Os dados obtidos são confidenciais e anónimos e servem apenas para tratamento estatístico.

Por favor, certifique-se de que responde a todas as questões do questionário de forma a validar a sua participação neste estudo.

Percepção da Responsabilidade Social¹

Pensando na sua empresa e nas suas diferentes preocupações e actividades, indique o grau em que concorda ou discorda com cada uma das frases abaixo apresentadas. Utilize a seguinte escala de resposta:

A sua empresa...	Discordo Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1. Incentiva a formação profissional dos seus Trabalhadores	1	2	3	4	5
2. Cumpre com o Código de Trabalho	1	2	3	4	5
3. Promove a igualdade entre Homens e Mulheres	1	2	3	4	5
4. Promove o equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional	1	2	3	4	5
5. Apoia a integração profissional de pessoas com deficiência	1	2	3	4	5
6. Desenvolve regras internas que orientem o comportamento dos Trabalhadores	1	2	3	4	5
7. Garante a segurança do seu emprego	1	2	3	4	5
8. Dá donativos para associações de protecção da natureza	1	2	3	4	5
9. Desenvolve projectos de conservação da natureza	1	2	3	4	5
10. Apoia eventos culturais e educativos	1	2	3	4	5
11. Apoia causas sociais	1	2	3	4	5
12. Apoia eventos desportivos	1	2	3	4	5
13. Apoia a criação e o desenvolvimento de empresas mais pequenas	1	2	3	4	5
14. Garante o pagamento atempado de salários e regalias	1	2	3	4	5
15. Esforça-se por ser lucrativa	1	2	3	4	5
16. Esforça-se por ser uma das melhores empresas no seu sector de actividade	1	2	3	4	5

¹ Escala de Responsabilidade Social Percebida de Duarte, A.P. (2011). *Corporate Social Responsibility from an Employees Perspective: Contributes for Understanding Job Attitudes*. (Tese de Doutoramento não publicada). ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa. Portugal

Percepção dos Acidentes de Trabalho

Pensando agora na sua empresa e nas suas diferentes preocupações e actividades que desempenha no seu local de trabalho, indique o grau em que concorda ou discorda com cada uma das frases

Quanto ao seu local de trabalho...	Discordo Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1. Preocupa-me a possibilidade de vir a sofrer um acidente de trabalho	1	2	3	4	5
2. Considero que a minha área de trabalho é um sector seguro	1	2	3	4	5
3. Existe a possibilidade de vir a sofrer um acidente e trabalho	1	2	3	4	5
4. Os equipamentos de protecção individual são um meio essencial, para evitar os acidentes no meu trabalho	1	2	3	4	5
5. Tenho por hábito usar equipamentos de protecção individual	1	2	3	4	5
6. Os equipamentos de protecção individual dificultam o meu trabalho	1	2	3	4	5
7. Os equipamentos de protecção individual são necessários para o desempenho adequado e seguro da minha função	1	2	3	4	5
8. Sou uma pessoa capaz de contribuir para a prevenção de um acidente	1	2	3	4	5
9. Estou consciente do risco a que estou exposto diariamente	1	2	3	4	5
10. Relativamente aos meus colegas de trabalho, considero que estes são mais capazes de evitar os acidentes de trabalho do que eu	1	2	3	4	5
11. Considero-me um indivíduo capaz de evitar os acidentes de trabalho	1	2	3	4	5
12. Os riscos a que estou exposto diariamente assustam-me	1	2	3	4	5
13. Durante o desempenho da minha função podem ocorrer acidentes de trabalho	1	2	3	4	5
14. Quando os acidentes ocorrem, há possibilidade das consequências serem fatais	1	2	3	4	5
15. Julgo que no futuro os acidentes de trabalho poderão provocar mais danos	1	2	3	4	5

personais					
16. Considero que os acidentes de trabalho têm tendência a aumentar	1	2	3	4	5
17. Estou seguro no meu local de trabalho	1	2	3	4	5

No seu trabalho, quando é que pensa que está exposto a ...

	Nunca					Sempre
1. Materiais perigosos ou tóxicos	0	1	2	3	4	5
2. Lugares tóxicos ou perigosos	0	1	2	3	4	5
3. Máquinas ou ferramentas que podem cortar	0	1	2	3	4	5
4. Ser entalado	0	1	2	3	4	5
5. Contactos eléctricos	0	1	2	3	4	5
6. Vibrações	0	1	2	3	4	5
7. Contactos térmicos	0	1	2	3	4	5
8. Golpes ou cortes	0	1	2	3	4	5
9. Explosões	0	1	2	3	4	5
10. Inalação de poeiras e gases	0	1	2	3	4	5
11. Movimentação de máquinas e veículos	0	1	2	3	4	5
12. Ruído	0	1	2	3	4	5
13. Pressão de tempo no trabalho	0	1	2	3	4	5
14. Elevado esforço físico	0	1	2	3	4	5
15. Excesso de carga de trabalho	0	1	2	3	4	5
16. Queda de objetos	0	1	2	3	4	5
17. Ritmo de trabalho acelerado, pressa	0	1	2	3	4	5

18.Trabalhos em alturas	0	1	2	3	4	5
19.Trabalho repetitivo, ou monótono	0	1	2	3	4	5
20.Iluminação deficiente	0	1	2	3	4	5
21.Acidentes de viação	0	1	2	3	4	5

Seguidamente são apresentadas afirmações acerca da probabilidade de ocorrência de acidentes e possíveis efeitos:

No meu local de trabalho, é provável...	Nunca					Sempre
1. A ocorrência de acidentes de trabalho	0	1	2	3	4	5
2. A ocorrência de acidente grave ou fatal	0	1	2	3	4	5
3. Ferimentos nos olhos, cara ou cabeça	0	1	2	3	4	5
4. Ferimentos nas mãos e braços	0	1	2	3	4	5
5. Ferimentos nas pernas, pés e tronco	0	1	2	3	4	5
6. Doenças profissionais	0	1	2	3	4	5
7. Dores, ferimentos ou lesões nos músculos, tendões, ossos, articulações ou costas	0	1	2	3	4	5

Seguidamente são apresentadas algumas questões sobre legislação laboral praticada na sua empresa..

	Sim	Não	NS/NR
A sua empresa analisa de forma rotineira as causas das faltas por doença?			
A empresa toma medidas para apoiar o regresso dos trabalhadores ao trabalho depois de um longo período de baixa médica?			
A empresa verifica regularmente os locais de trabalho relativamente à segurança e à saúde?			
A Inspeção do Trabalho visitou a empresa nos últimos 3 anos a fim de verificar as condições de segurança e saúde?			
A empresa toma medidas, para proteger a segurança e saúde dos trabalhadores?			

Que tipo de serviços de segurança e saúde tem conhecimento que a sua empresa possui ou recruta os serviços?

	Sim	Não	NS/NR
Um técnico de segurança e saúde			
Um especialista em ergonomia, para lidar com a configuração do local de trabalho			
Um psicólogo			
Um médico de medicina do trabalho			

1. Já sofreu algum acidente de trabalho?

Sim:

Não:

Se sim, quantas vezes? _____

2. Algum dos acidentes foi com baixa médica?

Sim:

Não:

Se sim, quantos? _____

3. Algum colega seu de trabalho já sofreu um acidente de trabalho?

Sim:

Não:

4. No desempenho das suas funções necessita de equipamento de protecção individual?

Sim:

Não:

Se sim, tem disponíveis esses equipamentos? Sim: Não:

**Para efeito de caracterização da amostra, indique por favor alguns dados pessoais.
Relembramos que estes dados são confidenciais e que as respostas individuais nunca serão divulgadas.**

Dados Socio-Demográficos:

Sexo:

M: **F:**

Idade: _____ **Anos**

Nacionalidade: _____

Estado civil:

Casado ou união de facto

Solteiro

Divorciado

Viúvo

Situação Profissional:

Função:

Gestão / Supervisão

Quadro Superior

Técnica

Administrativa

Operacional

Profissão: _____

Há quanto tempo trabalha na empresa? _____ **Anos**

Horário de trabalho praticado? Fixo: **Turnos:**

Meio de residência:

Rural

Urbano

Escolaridade:

1º Ciclo / 4ª classe

2º Ciclo / 6º ano

3º Ciclo / 9º ano

Secundário /12º ano

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Obrigada pela sua colaboração